



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de abertura da TEIA 2007 – Rede Nacional de Cultura**

**Belo Horizonte-MG, 07 de novembro de 2007**

Queridos e queridas companheiros e companheiras que estão aqui  
prestigiando este evento patrocinado pelo nosso Ministério da Cultura,

Eu quero cumprimentar o companheiro Gilberto Gil, ministro da Cultura,

Quero cumprimentar o nosso companheiro Patrus Ananias, do  
Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Eu espero que em mais alguns  
dias a gente tire o “Combate à Fome” daqui e fique só o “Desenvolvimento  
Social”, porque vai ficar muito feio escrever na porta do Ministério: Ministério do  
Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Então, nós vamos ter que acabar  
com a fome logo, para poder ter só Desenvolvimento Social.

Companheiro Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência da República,

Companheiro Walfrido dos Mares Guia, da Secretaria de Relações  
Institucionais,

Meus companheiros deputados aqui presentes, Ademir Camilo, Antônio  
Roberto. Eu queria que vocês prestassem atenção num deputado que não é  
mineiro, mas piauiense, mora em São Bernardo e está aqui, que é o nosso  
companheiro Frank Aguiar.

Nossa companheira Maria do Carmo Lara,

Nosso companheiro Miguel Corrêa Júnior,

Nosso companheiro Odair Cunha,

E nosso companheiro Reginaldo Lopes,

Meu querido companheiro Fernando Pimentel, prefeito de Belo  
Horizonte,

Meu querido companheiro Juca Ferreira, secretário-executivo do  
Ministério da Cultura,



Secretários estaduais de Cultura, secretários municipais,  
Meu querido companheiro Augusto Boal, representante dos Pontos de Cultura,

Meu caro Célio Turino, secretário de Programas e Projetos do Ministério da Cultura,

Meu caro companheiro Valentino Rizzoli, vice-presidente da Fiat do Brasil,

Meu caro João Barusso Lafraia, gerente-geral da Refinaria Gabriel Passos, da Petrobras,

Senhor Maron Emile Abi-Abib, diretor-geral do Departamento Nacional do Sesc. Com um nome desses, eu seria presidente do Líbano.

Senhoras e senhores,

Companheiros e companheiras,

Vejam que cometer equívoco também é cultura. Eu vim aqui para participar de dois eventos e, aí, transformamos dois em um. Ou melhor, transformamos um em dois e dois em um, porque foi tudo muito junto. E o meu discurso era uma mistura do primeiro evento com uma mistura do segundo evento. Acontece que eu não posso falar muito mais do primeiro evento porque já houve, aqui, vários discursos. Mas eu não poderia deixar de dizer aos companheiros e companheiras que receberam a comenda da Ordem do Mérito da Cultura, da alegria de poder viver esse momento, de homenagear gente que tanto significa para o nosso País.

Toda vez que a gente vai escolher as pessoas que serão homenageadas é sempre muito difícil, porque certamente o Juca e a sua equipe devem preparar uma proposta para o Gil que, junto com o Juca e a sua equipe preparam uma proposta para mim, e eu sozinho tenho que decidir. E às vezes eu fico pensando: “Mas não está faltando? Mas não está faltando?”. E, aí, eu chego à compreensão de que a gente não pode dar todas ao mesmo



tempo, porque seriam milhares de pessoas reunidas num evento como este. Tinha um cidadão gritando: “Cadê o lugar para sentar, Lula?” Se a gente trouxesse mais convidados, aí é que não ia ter lugar para ele sentar mesmo. Não ia ter nem lugar para ele ficar em pé, quanto mais sentado.

Mas eu quero dizer para todos vocês que receberam as comendas que é uma alegria ter vivido este momento, de poder homenagear. E eu ainda quero retribuir essa homenagem visitando Exu, junto com Gilberto Gil, para a gente conhecer a terra de Luiz Gonzaga, porque é uma vergonha eu, como pernambucano, não conhecer. Não sei se, historicamente, Caetés teve alguma guerra com Exu, certamente não teve. Se tivesse, certamente Caetés teria perdido, então foi bom que não teve. Agora, que eu sou o presidente, quem sabe eu vá a Exu.

Então, meus parabéns a todos vocês. Eu quero ver se posso... o Tostão mora aqui, alguém de Minas Gerais, aí, o ministro poderia levar... – viu, Gil? – o Patrus, que é metido a entender de futebol, aquele negócio todo, poderia ir à casa do Tostão entregar a comenda dele. E eu quero ver se levo a do Oscar Niemeyer para entregar amanhã para ele, lá no Rio de Janeiro.

Mas, meus queridos companheiros e companheiras desta segunda edição da nossa querida Teia, da nossa Rede Nacional de Cultura. Primeiro, queria dizer para vocês que nós já fizemos muito e que ainda falta fazer muito mais. Eu acho que nós ainda não fizemos um terço daquilo (Inaudível) País. O que nós estamos vendo é que os Pontos de Cultura podem ser a grande possibilidade de o Brasil descobrir o Brasil, de o Brasil conhecer o Brasil.

Há uma coisa, Gil, que eu preciso contar aqui. Quando eu chamei o companheiro Gil para ser ministro... quando a gente ganha as eleições – quando a gente é oposição a vida inteira – não pense que é fácil montar governo, não. Você não pode procurar só nome do seu partido, você tem que procurar companheiros de outras forças políticas. Já estava quase chegando a hora de eu tomar posse e cadê o ministro da Cultura? Aí fui chamar o Gilberto



Gil. Conversei bastante com o Gilberto Gil, o convidei para ser ministro, ele topou, e conversei muito sobre uma coisa chamada casa de cultura. Está lembrado? Durante um tempo, eu alimentei a idéia de que a gente poderia criar uma casa em cada cidade brasileira. O que era, na minha cabeça, uma casa de cultura? Era um espaço que pudesse ser um ponto de encontro das pessoas que quisessem produzir inovações culturais, em que a juventude pudesse se encontrar. Tomamos posse e o Gil me levou o primeiro projeto de Ponto de Cultura. Era belíssimo. E a Petrobras ia financiar os 50 primeiros. Está lembrado? Já não era mais na Granja do Torto porque eu já tinha tomado posse, era no Palácio da Alvorada. Aí teve uma briga desgraçada por conta do projeto, era um projeto de um grande arquiteto baiano, do Lelé, aquele que constrói a Rede Sarah. Por conta de que o projeto é bom, é barato, tem uma guerra contra, pelas empreiteiras brasileiras. E vai que não vai... e não saiu a minha casa de cultura, porque não dava para fazer naquele projeto e outro projeto ficava muito caro. Aí o Gil falou: “Olha, Presidente, nós vamos fazer Ponto de Cultura”.

Eu queria contar uma história para vocês. Vocês conhecem a história do “tchó”? Um cidadão, uma vez, achou uma mola de caminhão, aquelas molas de aço de qualidade. Ele resolveu, então, mandar num ferreiro para fazer uma espada. Chegou lá e falou para o ferreiro: “Você consegue fazer uma espada para mim, dessa mola?” O ferreiro falou: “Consigno”. Toca aquilo no forno, mete na bigorna, bate, bate, bate. No dia seguinte, o cidadão vai buscar a espada e o cara fala: “Oh, companheiro, não deu para fazer a espada, esquentei demais, bati demais, agora só dá para fazer um facão”. “Então, pode fazer um facão”. Mete outra vez no forno, mete na bigorna, bate, bate, bate. No dia seguinte, o cidadão vai buscar o facão e o cara fala: “Ih, rapaz, esquentei demais, bati demais, só dá para fazer um punhal”. E o cara falou: “Tudo bem. Eu queria uma espada. Não tem uma espada, tem um punhal, vai o punhal mesmo. Quem não tem tu, vai com tu mesmo”. “Bom, vou fazer o punhal, amanhã você



vem buscar”. E coloca na bigorna outra vez, esquentá, bate, bate, bate. No dia seguinte, o cara chega lá: “Cadê o meu punhal?” “Ih, rapaz, esquentei demais, bati demais, só dá para fazer um canivete”. “Então, me faça um canivete”. Aí, no dia seguinte, volta lá e o cara fala: “Oh, companheiro, só dá para fazer um “tchó”, porque eu esquentei demais, bati demais, agora só dá para fazer um “tchó”. “Então, me faça esse desgraçado desse “tchó”. Aí, ele pega o ferro, coloca no fogo, quando está vermelhinho ele joga na água e faz “tchó”. Agora, o que é fantástico é que só um “tchó” pode não ter importância, mas 600 “tchós” já fazem um barulho extraordinário neste País. E agora, que nós aprovamos a política de Cultura, Mais Cultura, em que nós assumimos o compromisso de colocar 4 bilhões e meio na Cultura e estamos assumindo o compromisso público de produzirmos 20 mil “tchós”, não precisa nem caixa de retorno para os adversários ouvirem, eles vão ouvir é muito barulho cultural neste País.

Eu tive o prazer de viajar muito o Brasil. Essas Minas Gerais, eu já andei por quantos lugares de ônibus. Talvez eu seja o único presidente que já foi ao Vale do Aço, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, para não falar nas travessias pelas bandas de Juiz de Fora e por tantos lugares. Eu fico imaginando um estado como este, porque qualquer outro estado brasileiro que quiser ter uma participação em São Paulo, tem que ir para São Paulo, ficar retirante como eu. Minas é um estado privilegiado, porque tem São Paulo dentro dele, que é a região do Sul de Minas Gerais, tem o Rio de Janeiro dentro dele, que é a Zona da Mata, tem a Bahia dentro dele, e tem um pedaço de Minas mesmo, que é o centrão aqui de Minas Gerais, o Vale do Aço e uma parte do interior.

Agora, a riqueza cultural deste estado é extraordinária e, certamente, o povo de uma região não conhece a riqueza cultural da outra região. Então, eu fico imaginando o dia em que todos os brasileiros conhecerem a sutileza e a leveza de um carimbó. Eu acho que o carimbó, Gil, você sabe mais do que eu, é como se fosse a dança da conquista, do acasalamento perfeito. Agora, é uma



coisa que a gente não vê na televisão, a gente não vê no cinema, a gente não vê nos grandes centros urbanos brasileiros. Fica uma coisa restrita à região Norte do País e mais ao Pará. Eu, por exemplo, não me conformo que a gente não conheça essa riqueza cultural do País, porque as pessoas não têm interesse em divulgar.

O nosso Boal estava falando do que acontece nas televisões brasileiras e no cinema. No cinema ainda é suportável, porque você vai se quiser. E numa televisão, dentro de casa? A gente compra o máximo de canais possível, a gente compra logo aquele que tem 30, 40, 50 canais, e repetidos entre eles. Então, tem filme que passa 80 vezes. É verdade, você muda de canal, eles falam um tal de HBO, HBO2, HBO3, é um nome... você vai passando, ontem passou um filme, hoje passa em outro canal, amanhã passa em outro e depois repete de novo. Aí, quando passa um tempão, vem a televisão brasileira: “assista, no domingo, filme inédito.”

O que é mais grave é que essa perda de identidade cultural nossa faz com que o brasileiro viaje para a Coréia ou para o Japão, veja um artista americano e pense que é brasileiro, porque é parecido com ele, não é diferente. Quando é que nós vamos assumir, definitivamente, a nossa independência completa enquanto nação? Vocês poderiam estar falando: “mas o presidente da República é presidente, ele pode fazer.” Ledo engano. O presidente da República pode ajudar a fazer, o ministro pode ajudar a fazer, mas fazer tem uma série de senões que nós temos que vencer os obstáculos.

Eu dizia para o Patrus, muitas vezes nós queremos a coisa com mais rapidez. Eu tenho vontade de juntar, Gil, um grupo de intelectuais brasileiros e tentar pensar o Brasil por décadas. Pegar o século passado. Quais foram os avanços que aconteceram em cada década? De 1900 a 1910, de 1910 a 1920, para a gente perceber o quanto é lento o processo de conquista da sociedade, se a gente imaginar que a mulher brasileira só conseguiu legalizar o seu voto na Constituição de 34. Faz muito pouco tempo. Se a gente imaginar que nós



abolimos a escravidão no século XIX e que agora nós estamos, outra vez, lutando contra o trabalho escravo impregnado em muitos lugares deste País ainda.

Então, vencer esses obstáculos é um processo, como é um processo a construção das rádios comunitárias. Nós estamos devendo. Quero dizer aqui, de público, que eu acho que nós devemos à sociedade brasileira muito mais para concretizar as rádios verdadeiramente comunitárias, que prestam trabalhos comunitários. Estamos devendo, por isso constituímos um grupo de trabalho para que a gente faça uma investigação do que está acontecendo (inaudível) quando prendem companheiros, fecham rádios que são verdadeiramente comunitárias. Também no nosso lado tem rádio que não é comunitária, que também não pode existir. Mas deixam rádios ligadas a tantas outras coisas, funcionando, que de comunitárias não têm nada, quase funcionam como rádio comercial. As comunitárias podem derrubar avião, as outras não. Esse é um grupo de trabalho para definir, porque eu só tenho três anos de mandato. E nesses três anos nós precisamos concretizar a matriz do enraizamento da construção, definitivamente, democrática deste País. E a comunicação é uma dessas. Por isso, nós estamos criando a TV Pública nacional.

Então, este evento que vocês estão realizando aqui, eu acho extraordinário. Gil, uma vez eu fui ao Vale do Jequitinhonha e fui à igreja, lá na cidade de Araçáí. Faz tempo, você ainda não estava, ainda no tempo de... não era dom Quirino o bispo da Diocese. Bem, o Durval deve saber... Dom Enzo. Eu vi uma apresentação de teatro no Vale do Jequitinhonha, lá em Araçáí, e fiquei imaginando por que esses meninos não são profissionais. Por que eles não são profissionais? Aqueles meninos que se apresentaram em Brasília, de Ribeirão Preto. Eu fico imaginando quantas dessas coisas nós temos no Brasil. Eu fico imaginando por que o frevo é uma dança só de Pernambuco? Por que não é uma dança do Brasil inteiro e, de repente, uma coisa que é peculiar de



um país estrangeiro vira moda principal no nosso País, e a nossa não vira moda?

Esses dias, eu estava vendo que a Globo passava um documentário sobre o Acre e eu me lembro de um livro que eu li – do Márcio de Souza, grande companheiro – chamado Galvez, o Imperador do Acre. Para vocês verem a evolução que nós tivemos, no final do século XIX, nem as lavadeiras brasileiras eram respeitadas porque eles mandavam lavar a roupa na França. Os fazendeiros da borracha mandavam lavar aqueles magotes de roupa armada na França e esperavam 6 meses para que viessem para cá. Isso demonstra o quê? Isso demonstra a subordinação cultural deste País, e que persiste ainda em muitos lugares, nos dias de hoje, de valorizar a coisa estrangeira, de valorizar o produto estrangeiro, é de sempre negar e negligenciar os nossos valores.

Uma vez, uma pessoa estrangeira veio fazer um debate no Brasil e eu fiquei sabendo, pelos jornais, que pagaram 200 ou 300 mil dólares pelo debate. Eu fico imaginando: eu conheço tanta gente boa que faz de graça, tanta gente boa. Mas, lamentavelmente, este País foi construído em 500 anos e nós agora temos um tempo para a frente para ir mudando este País, para ir tornando o Brasil mais brasileiro. Este País é tão complicado que até a árvore que gerou o nosso nome está quase extinta. Por quê? Porque, na verdade, muita gente neste País nunca respeitou este País. Isso aqui é como se fosse uma coisa passageira, tudo que é bom está lá fora, tudo que é ruim está aqui dentro.

Fala-se da classe política brasileira como se no mundo tivesse classe política melhor. É assim que se fala. Fala-se de corrupção no Brasil como se fosse só no Brasil que tivesse, e não fosse uma coisa impregnada no mundo. Então, vende-se a idéia de que nós somos inferiores. Coitado do menino que quer aprender a usar computador, Gil, e não sabe falar uma palavra em inglês. Por que não pode ser metade daquilo em português, para um como eu entender? É por isso que eu acho que vocês são necessários, não são vocês



que precisam do governo. Obviamente que o governo pode abrir espaço, como aquela mãe que vai com a barriga na frente para a onda não pegar o filho menor que está atrás dela, ou como aquele corredor esperto que vai no vácuo do outro até bater e se arrebentar. O governo pode abrir esse espaço, mas não são vocês que precisam do Gil ou do Lula. Na verdade, nua e crua, somos nós que precisamos de vocês, é o Estado brasileiro que precisa de vocês.

Gil, um dia desses um companheiro meu, de 26 anos de idade, ficou com medo de uma galinha. Eu percebi que ele não tinha culpa, ele não conhecia uma galinha. Ele só conhecia galinha morta, e galinha morta lá no supermercado, geladinha, não causa nenhum problema. Aí, você pega uma criança de 15 anos, que conhece todas as palavras e todos os jogos do Bill Gates, mas não conhece uma vaca, nunca viu. Nunca ouviu falar do saci-pererê, não consegue ver as coisas porque são mostradas de forma mercadológica.

Tem uma coisa hoje, viu Gil, não sei se você percebeu, uma tal de pesquisa. Quando vocês virem alguém dando entrevista, vocês fiquem olhando, se o cidadão estiver falando...o Paulo Markun está aqui e ele é especialista nisso. Se eu estiver entrevistando o Gil e ele estiver dando um determinado ponto no Ibope, eu dou até mais um bloco, mas se eu contratei você para entrevistar por cinco minutos, e na hora em que eu comecei a entrevistar, a telinha da pesquisa caiu, eu acabo a minha entrevista em dois minutos e meio, não importa qual o assunto. Então, virou uma coisa eminentemente comercial.

Por isso nós resolvemos criar a TV Pública, para ver se a gente faz aparecer na TV Pública as coisas que não aparecem normalmente, porque não tem ainda um valor comercial; fazer aparecer os debates, para as pessoas irem compreendendo o que pensa o povo brasileiro sobre tantos temas que parecem temas proibidos de ser discutidos. Eu até pensei, para acabar com esses temas proibidos, em criar o dia nacional contra a hipocrisia no Brasil,



para a gente acabar com tudo que é hipocrisia.

E eu, Gil, quero te dizer o seguinte, meu querido, e quero dizer a vocês: se depender do nosso esforço coletivo e do nosso esforço individual, este País nunca mais voltará a ser o mesmo. Quem pegar este País para governar, a partir de 2010, vai pegar num outro patamar. E Deus queira que uma das coisas importantes, que sirva como novo paradigma, seja o fato de nós termos um povo culturalmente mais exigente, mais brigador, um povo mais consciente dos seus direitos, porque somente assim este País dará passos extraordinários, sem volta.

Eu quero dizer a todos vocês e, sobretudo, a você, Gil, como ministro, e ao Augusto Boal: Meu querido Boal, no que depender do seu velho companheiro aqui, saiba que eu serei parceiro para que a gente possa, Juca, implantar cada um dos Pontos de Cultura, que daqui a alguns anos serão tantos que em vez de o pessoal ver a teia do homem-aranha, o povo vai ver a teia do povo cultural deste País tão brasileiro.

Muito obrigado, boa sorte a vocês.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de inauguração do Centro Metropolitano de Especialidades  
Médicas**

**Belo Horizonte-MG, 07 de novembro de 2007**

Meu caro amigo, governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves,  
Meu caro companheiro Fernando Pimentel, prefeito da cidade de Belo  
Horizonte,

Ministros José Gomes Temporão, da Saúde; Patrus Ananias, do  
Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral e  
Walfrido dos Mares Guia, da Secretaria de Relações Institucionais,

Deputado Alberto Pinto Coelho, presidente da Assembléia Legislativa do  
estado de Minas Gerais,

Meu caro senador Eduardo Azeredo,

Deputados federais Ademir Camilo, Antônio Roberto. O convidado que  
veio de São Bernardo para cá, por causa do ato do Ministério da Cultura, daqui  
a pouco, Frank Aguiar. Leonardo Quintão, Maria do Carmo Lara, Miguel Corrêa  
Júnior, Odair Cunha, Reginaldo Lopes. E o nosso ex-ministro e deputado  
Saraiva Felipe.

Meus amigos e amigas prefeitos, convidados para esta solenidade,

Meu caro Saulo Levindo Coelho, provedor do Grupo Santa Casa de Belo  
Horizonte,

Meu caro Marcos Vinícius Pestana, secretário de estado da Saúde de  
Minas Gerais, por meio de quem quero cumprimentar a todos os secretários de  
estados aqui presentes, todos os secretários municipais,

Deputados estaduais,

Vereadores,

Candidatos a prefeitos daqui a dois anos,



Candidatos a vereadores,  
Meus amigos e minhas amigas,  
Não, porque a verdade é que daqui a pouco começa a ganhar importância quem vai ser candidato no ano que vem.

Eu quero dizer aos companheiros aqui da mesa, e aos companheiros e às companheiras que estão participando deste ato, que nós estamos vivendo um momento singular na história do Brasil. Depois de muito tempo, eu penso que nós estamos colhendo, com mais facilidade, as coisas que nós plantamos.

No ano passado, eu disse que era preciso destravar o País. Quem é prefeito aqui, quem é governador de estado como o Aécio, quem é presidente da República, quem, na verdade, trabalha com o Poder Executivo, e o Eduardo Azeredo, que foi governador, o Patrus, que foi prefeito, sabem perfeitamente bem que muitas vezes no Brasil se cria um mecanismo de imposições e, muitas vezes, cheio de boa vontade, achando que é para moralizar, achando que é para evitar a corrupção, se cria tanto mecanismo de imposição que entre a vontade política, a determinação e a concretização de uma obra, você tem que enfrentar algumas “guerras do Iraque” pela frente.

E nisso todos nós temos culpa, porque quando nós somos vereadores pensamos de um jeito, quando somos prefeitos constatamos que o jeito que a gente pensava não era tão correto para o Executivo. Quando nós somos deputados, nós pensamos de um jeito, quando viramos governadores, presidentes ou prefeitos, a gente pensa que nem sempre o jeito que a gente pensava era o correto para administrar. E quem foi para o Executivo e volta para o Legislativo não tem o direito de cometer os mesmos erros, como se nunca tivesse sido do Executivo.

Eu estou dizendo isso porque, hoje, a máquina pública federal, a máquina pública estadual e a máquina pública municipal são máquinas públicas assustadas, são máquinas públicas que têm, às vezes, receio de dar



uma autorização para fazer alguma coisa, porque sabem que poderão receber pela testa dezenas de processos, e sabem que os mandantes das ordens não vão contratar advogado para defendê-los, são eles mesmos que vão ter que se defender.

Então eu penso que a nossa cabeça vai ter que raciocinar como a gente vai trabalhar para facilitar, com o máximo de fiscalização possível, as coisas que precisam ser feitas no Brasil. Felipe foi comigo na cidade de Queimados, lá no Rio de Janeiro, anunciar um hospital. Depois que anunciamos o hospital, numa festa com mais de 10 mil pessoas, até hoje a obra não começou por dezenas de problemas: porque o terreno que tinha sido indicado para fazer tinha um dono, porque não era aquele terreno, porque não havia sido pago, porque não tinha sido legalizado. Ou seja, depois de dois anos, Felipe já deixou de ser ministro, já indicou o Agenor, já virou deputado, já está quase terminando o mandato de deputado e agora é que está num processo de licitação o hospital. E assim as coisas acontecem no Brasil. Muitas vezes, quem é oposição fica torcendo para a coisa não acontecer, mesmo. Não é isso?

Pois bem. Eu penso que o futebol poderia nos ensinar algumas coisas. A maior rivalidade aqui, em Minas Gerais, certamente não é América e Cruzeiro, é Atlético e Cruzeiro. Eu que sou um homem que deveria ser torcedor do Atlético, sou do Cruzeiro. Mas, eu queria lembrar vocês, o Dulci vive insistindo para eu torcer para o América porque o América não tem adversário. Pois bem, eu estou dizendo isso apenas para vocês perceberem o seguinte: quando tem um jogo aqui no Mineirão, em que o Atlético joga com o Cruzeiro, em que os jogadores do Atlético vão com brutalidade no Cruzeiro e o Cruzeiro com brutalidade no Atlético, vocês não pensem que aqueles jogadores passam o resto da vida um com ódio do outro. Possivelmente, na mesma noite, eles estejam jantando juntos, na semana seguinte estão fazendo atividades juntos, se encontram, comem churrasco, fazem um monte de coisas juntos. A política



poderia ter esse ensinamento para que as coisas pudessem ser facilitadas. O fato de a pessoa A disputar uma eleição com a pessoa B não está determinando que eles serão inimigos pelo resto da vida. Está determinando que, se eles forem civilizados, o ganhador vai ser governador, o perdedor sabe que o outro vai governar por quatro anos e que é preciso estabelecer uma política de convivência, levando sempre em conta qual o benefício que a gente quer para o povo da cidade, do estado ou do País. Mas na política não é assim, porque muitas vezes na política se semeia ódio, se semeia mentiras. Muitas vezes o resultado de uma campanha, depois de passados cinco meses, você começa ler a imprensa da campanha, você não acredita que aquilo aconteceu, o tanto de coisas abomináveis que são levantadas, às vezes leviandades. É assim a política brasileira. Eu penso que nós fazemos parte de uma geração política que poderia dar um novo exemplo à política brasileira.

Já está provado que quando o governo federal, o governo estadual e os governos municipais não criam preconceitos entre si e não estimulam a rivalidade política entre si, as coisas fluem com muito mais facilidade. Na verdade, é o seguinte: nenhum de vocês sai domingo, de manhã, de casa, para visitar uma pessoa que trata vocês mal. Vocês vão à casa de alguém que recebe vocês bem. Da mesma forma acontece com o prefeito, acontece com o governador e acontece com o presidente da República. Se o Aécio se levantar de manhã com vontade de ir a uma cidade e ele sabe que o prefeito fez uma manifestação contra ele no dia anterior, ele não vai. Por que ele vai? O presidente da República, se tiver que ir a um estado, e ao chegar lá, o governador faz um ato, o presidente também não vai. Ou o presidente da República ou o governador não recebe o prefeito, se ele fez desaforo. Ou seja, essa pequenez política precisa acabar no Brasil, a bem deste País.

Quando nós estamos aqui inaugurando uma obra, que todos falam que passou 20 anos aqui, sendo uma vergonha mineira, e o prefeito e o governador disseram bem, independentemente do dinheiro que cada um deu, não importa



quanto, o dado concreto é que só foi possível fazer esta obra porque os três entes federativos se juntaram para fazer esta obra. Se um não quisesse, não teria acontecido. E vocês estariam passando aqui à frente, vendo um prédio inacabado, vendo meninos cheirando cola, porque tinha latas e latas de coisas que os meninos cheiravam aí. O que tinha aqui? Thinner, era o que vocês encontravam. Porque uma obra há 20 anos parada serve para muita coisa, certamente até para bandidagem fazer aqui alojamento definitivo.

Veja, mas não é apenas esta obra, são muitas obras por este País afora que foram começadas e não foram concluídas. No Brasil também tem o seguinte hábito: um prefeito ganha a eleição, ele está fazendo uma obra, quando chega na época da eleição, ele não concluiu a obra, o outro que entra não quer fazer aquela obra porque já tem a marca do prefeito que perdeu. Então, ele vai tentar fazer uma obra com a sua cara. Ora, com a sua cara, ele pode fazer uma fotografia, mas a obra precisa ser concluída, senão não dá certo. Então, essas coisas têm atrapalhado o Brasil de forma extraordinária.

E o Saraiva sabe, como mineiro que é, no pouco tempo em que ele passou no Ministério, em quantos lugares do Brasil nós fomos anunciar a retomada de hospitais que, muitas vezes, estavam prontos e não tinham os equipamentos, estavam prontos e não tinham concurso para contratar funcionários. Todo mundo sabe que a coisa mais barata é fazer o hospital. A segunda coisa difícil é equipá-lo e a coisa mais difícil é mantê-lo. E mantê-lo com qualidade, mantê-lo com pagamento justo dos funcionários e mantê-lo funcionando adequadamente para a população.

Eu não sei se todo mundo aqui já freqüentou hospital público, em época de necessidade. Eu, depois que virei presidente, não enfrentei mais, é preciso dizer para vocês isso. Antes de ser presidente, muitas vezes. E, vejam, uma pessoa que está doente, quando ela chega num hospital e encontra uma funcionária mal-remunerada, mal-humorada, que o mande se sentar, pega o cartão e fala: “Senta aí e aguarda”. Ela vai lá, senta num banquinho,



normalmente desconfortável também, e fica vendo: passa gente, entra gente, e gente telefona para cá, telefona para lá. Ou seja, esse cidadão, que entrou com uma doença, ele já tem três antes de ser atendido. Se o médico está com boa vontade, já é 50% da cura, mas se o médico também não está bem, ele entrou com uma doença e volta para casa com quatro doenças e uma receita com que ele nunca vai poder comprar o remédio.

Por isso é que o SUS foi uma revolução neste País, ainda não compreendida, ainda muitas vezes recebendo críticas. Mas o SUS, e eu tive o prazer e o privilégio de, junto com muitos aqui, ser constituinte na época, o SUS foi uma das coisas mais extraordinárias que o Congresso Nacional votou. Ele ainda precisa ser aperfeiçoado, porque muita gente fala em atendimento de qualidade, atendimento de alta complexidade... Na verdade, quase todos os transplantes deste País quem paga é o SUS, mas o cidadão que lê um jornal pensa que não é o SUS, pensa que o SUS só faz curativo. Porque se trabalha com a idéia de negar a coisa pública, quando, na verdade, em se tratando de Saúde, e nós estamos aqui na inauguração de um hospital, o SUS tem prestado um serviço extraordinário a este País.

É por isso que a Emenda 29 finalmente foi regulamentada. Ela foi regulamentada para definir claramente para todos nós o que é gasto em Saúde. E, vejam, o Temporão não disse aqui, mas entre a participação dos estados, a participação dos municípios, até 2011, vai aumentar, além da participação do PIB, vai aumentar 50 bilhões de reais, ou seja, vão ser 72 bilhões de reais para a Saúde neste País. Certamente ainda não é tudo – federal – certamente ainda não é tudo, mas nós estamos dando um passo extraordinário para concretizar a sonhada universalização da Saúde neste País.

Ora, esse dinheiro da Emenda 29, que são 24 bilhões, disse aqui o nosso companheiro Temporão, esse dinheiro será partilhado entre governos estaduais e prefeitos, com o compromisso de cumprimento de metas, para que



a gente possa ver a execução.

Eu acho que a Câmara, Felipe, cometeu um pequeno equívoco na votação, que nós vamos ter que corrigir no Senado. Veja, na medida em que nós fizemos um programa em cinco anos, é preciso que a gente dê aos estados que não estavam cumprindo – e o estado que não estava cumprindo, por “n” razões, não pode, de uma hora para outra, colocar todo o dinheiro – é preciso que a gente dê o mesmo prazo da implantação do programa pelo governo federal aos governos estaduais e aos municípios. Porque também nós não queremos asfixiar ninguém, o que nós queremos é dizer para a sociedade brasileira que estamos trabalhando para que daqui a 4 ou 5 anos a gente tenha um sistema de Saúde melhor funcionando.

Daqui a alguns dias, dia 27, 29, nós vamos lançar um PAC da Saúde. O PAC da Saúde prevê esse dinheiro que eu estou dizendo aqui, 24 bilhões de reais. Mas é preciso que a gente melhore, é preciso que a gente aperfeiçoe o funcionamento do Médico de Família, é preciso que a gente leve educação para a escola pública brasileira.

Eu, por exemplo, quando tinha 10 anos de idade, Aécio, eu sou de um tempo em que os alunos nas escolas públicas brasileiras... Está certo que eram menos escolas, não estavam universalizadas, mas a gente tinha dentista e tinha médico. Então nós, agora, vamos levar médico também, vamos levar oftalmologista para as escolas. Por que uma criança, quando entra na escola, a professora não faz o teste da tabela com a criança, para saber se ela tem alguma deficiência? Por que não tem um dentista no primeiro ano da escola, para saber se aquela criança tem problema de cárie?

E eu dizia, hoje: nós vamos precisar de, em alguns lugares do País, cuidar da saúde bucal das professoras e dos professores que, muitas vezes, não tiveram a oportunidade, não conseguem sequer tratarem da sua boca, e nós vamos ter que levar isso, para que a universalização seja realmente cumprida e que a gente consiga estabelecer, neste País, o padrão de



qualidade que nós sonhamos quando nós aprovamos o SUS.

Portanto, vir aqui inaugurar esta obra é gratificante, como presidente da República. É muito gratificante, porque nós estamos vivendo um momento em que as coisas estão acontecendo. Eu acho que no Brasil nós temos, hoje, nos 27 estados, um conjunto de governadores com muita disposição de fazer as coisas. O governo, depois que apresentou o PAC, em janeiro, estabeleceu vários programas, de todos os ministros, para todos começarem a funcionar ainda no ano de 2007. A partir deste ano, não tem mais programa novo de ministro do governo. Agora, é cumprir tudo o que já foi determinado, é fazer tudo o que já foi aprovado. Tem muita gente muito criativa, que cria tanto e que não executa as coisas. Então, nós queremos executar tudo que já foi determinado, cada ministro já apresentou o seu programa e nós vamos fazer isso.

Quero dizer que a gente está falando aqui do Centro Metropolitano de Especialidades Médicas, o antigo Cardiominas, mas, em janeiro, o prefeito já participou da inauguração do Hospital Regional de Venda Nova, que foi uma coisa também que estava abandonada há uns 10 ou 11 anos. Eu acho que, neste aspecto, os deputados podem dar uma contribuição, os senadores, os vereadores, que é fazer as denúncias dessas obras que estão paradas. Eu, por exemplo, ando pelo Brasil afora, se tiver uma obra parada em Mariana, e o prefeito de Mariana não reclamar, ou um vereador de Mariana não reclamar, ou um deputado não reclamar, ou reclama para o prefeito, que reclama para o governador, que reclama para mim. Se não fizer isso, as coisas não andam, porque também, ao longo do tempo, nós fomos nos acostumando que era normal ter obra parada. Então, nós temos que nos colocar como cidadãos inconformados com obras não concluídas.

Por isso, governador, por isso, prefeito Pimentel, e por isso, companheiros, é uma alegria estar aqui outra vez, estar aqui para dizer para vocês que certamente eu virei outras vezes aqui, porque muitas das obras que



foram planejadas em parceria com o governo estadual, municipal, não apenas de Belo Horizonte, mas de outras cidades de Minas Gerais, elas agora estarão concluídas e nós vamos passar uma parte do tempo visitando os estados para inaugurar essas obras. Quando eu digo que o Brasil finalmente se encontrou consigo mesmo, é porque nós vivemos um momento de tranquilidade que nenhum dos outros presidentes tiveram e que em poucos momentos da história nós tivemos. Se nós aproveitarmos este momento do Brasil e continuarmos trabalhando do jeito que estamos trabalhando, construindo as parcerias... O PAC nada mais é do que uma grande parceria com os estados e os municípios. Os estados mais ricos colocam um pouco de dinheiro, como Minas Gerais, outras cidades mais pobres, como Belo Horizonte, colocam menos dinheiro, o governo federal coloca mais. Noutros estados, como São Paulo, que é mais rico, o governador Serra coloca um pouco mais de dinheiro, mas num estado mais pobre do Nordeste, o governo federal coloca mais dinheiro. É essa repartição bem feita, essa partilha do dinheiro que nós arrecadamos que permite que a gente possa, aqui: prefeito feliz, governador feliz, presidente feliz, e mais feliz ainda o povo de Belo Horizonte, que ganha um novo hospital na sua cidade.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da 13ª Conferência Nacional de Saúde – Edição 2007**

**Pavilhão do Parque da Cidade – Brasília-DF, 14 de novembro de 2007**

Bom, eu vou começar cumprimentando a massa, em primeiro lugar, porque me parece que a hegemonia feminina aqui é absoluta. Eu confesso a vocês que nunca me senti tão em minoria.

Mas, de qualquer forma, eu queria começar cumprimentando o presidente do Senado, o nosso companheiro Tião Viana; o nosso presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia. Por coincidência, os dois são médicos.

O nosso querido companheiro José Gomes Temporão, ministro da Saúde,

O nosso companheiro Arlindo Vicente de Assunção Carvalho, ministro da Saúde de São Tomé e Príncipe,

Cumprimentar, aqui eu estou vendo alguns ministros, o ex-ministro Agenor, o Ministro da Pesca, a Ministra da Secretaria de Igualdade Racial,

Cumprimentar o deputado Darcísio Perondi, presidente da Frente Parlamentar de Saúde,

Cumprimentar os parlamentares aqui presentes,

Cumprimentar o Ruben Figueroa, representante da OPAS/OMS no Brasil,

Cumprimentar Dom Dimas Lara Barbosa, secretário-geral da CNBB,

Cumprimentar o senhor Francisco Batista Júnior, presidente do Conselho Nacional de Saúde e coordenador-geral da 13ª Conferência Nacional de Saúde,

Cumprimentar o Osmar Terra, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde e Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul,



Cumprimentar o senhor Helvécio Miranda, presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte,

Cumprimentar as companheiras e os companheiros membros do Conselho Nacional de Saúde,

Cumprimentar os companheiros e as companheiras delegados e delegadas desta 13ª Conferência Nacional de Saúde.

Eu, quando vinha para cá, eu vinha pensando... Eu tinha um discurso escrito, e o discurso escrito falava muito da saúde. E eu comecei a pensar com os meus botões: “Por que eu vou falar tanto de saúde numa conferência em que só tem especialista em saúde e o único leigo sou eu?”. Ou seja, preciso tentar dizer outras coisas. Aprendi com a minha mãe, desde pequenininho: “Cada macaco no seu galho”. Aí, a gente não incomoda tanto.

Mas eu penso que nós estamos vivendo um momento importante no País. Um momento em que, outro dia eu disse, me sinto o presidente mais feliz deste País pelo que fiz, e me sinto, ao mesmo tempo, o presidente mais triste pelo que eu não fiz. Porque o acúmulo de carência do País é de tal magnitude que quanto mais nós trabalhamos, mais nós descobrimos por quanto tempo tantos governantes ficaram sem fazer a lição de casa neste País.

Se cada um, historicamente, tivesse feito a sua parte, o somatório dessas pequenas realizações, quem sabe, permitisse que nós tivéssemos um programa de saúde à altura das necessidades do nosso povo brasileiro. Saúde que uma parcela tem, de boa qualidade. Não existe máquina moderna no mundo – porque hoje está cheio de máquina ocupando o lugar de médico – mas as máquinas são tão sofisticadas, descobrem tanta coisa, que uma parcela da população pode ter porque paga, e a maioria da população brasileira só tem acesso de forma carente, porque o SUS garante que essas pessoas tenham acesso.



Alguns reclamam que pagam muito por um plano médico, e reclamam que o SUS não funciona. Primeiro, é importante a gente ter claro que os companheiros que são atendidos pelo SUS não são apenas os pobres deste País. Depois, é importante saber que quando chegar alguém perto de vocês e disser que paga muito caro pela saúde e por isso ele tem um bom plano, é importante que vocês saibam que quem paga a saúde desse cidadão que diz que tem um bom plano é o povo brasileiro, porque ele desconta no Imposto de Renda o que ele paga. Nós precisamos desmistificar essas coisas, Temporão, porque senão dá a impressão de que o pobre deste País só significa gasto, só significa despesa. Também não se leva em conta que uma pessoa, quando está com saúde, tem uma capacidade produtiva para o País infinitamente maior do que se ela estiver doente. E o SUS é exatamente para isso. Falta muito para fazer? Falta. É preciso aperfeiçoar? É. Mas eu penso que nós estamos andando num momento importante para construir o que falta construir.

É importante lembrar, companheiros e companheiras, que quando nós chegamos aqui, em 2003, o Brasil contava com 175 mil agentes comunitários de Saúde, o serviço beneficiava 90 milhões de pessoas ou 52% da população em cinco mil municípios. Em 2007, nós já temos 221 mil agentes de Saúde, crescemos em quase 50 mil. O serviço agora atende, não mais 52% da população ou 90 milhões. Atende 109 milhões e 58% da população, em praticamente quase todos os municípios brasileiros: 5 mil e 313. Temos, hoje, portanto, 26% a mais de agentes comunitários de Saúde neste País.

Quando eu cheguei aqui, o Brasil contava com 16 mil e 734 equipes do programa Saúde da Família, beneficiando 55 milhões e 4 mil pessoas, ou 31,9% da população, distribuída em 4 mil e 173 municípios. Atualmente, nós saímos de 16 mil equipes para 27 mil e 454 equipes implantadas, beneficiando 87 milhões de pessoas em 515 municípios, ou 47% da população brasileira em 5 mil e 131 municípios, Arlindo. Você vai prestando atenção, para você fazer discurso na Câmara, defendendo o SUS e defendendo a CPMF, como já



defendeu lá na Câmara dos Deputados. O número de equipes cresceu, meu caro Ministro da Saúde, 64%, e mais 32 milhões e 400 mil pessoas passaram a ser atendidas.

Quando eu cheguei aqui, o Brasil contava com 4 mil e 261 equipes de saúde bucal, beneficiando 26 milhões e 170 mil pessoas, em 2 mil e 302 municípios. Certamente, quando muita gente procurava, não estava funcionando. Atualmente, graças ao programa Brasil Sorridente, o País conta com 15 mil e 934 equipes implantadas, beneficiando, teoricamente, 77 milhões e 174 mil pessoas, em 4 mil e 418 municípios. Temos, portanto, mais 274% de equipes e mais 50 milhões e 944 mil pessoas recebendo atendimento. O Ministério da Saúde iniciou a implantação dos Centros de Especialidade Odontológica, porque antigamente pobre só arrancava dentes.

Sabem por que o Brasil nunca levou a sério a questão odontológica, a questão da saúde bucal, como questão de saúde pública? Nunca levou a sério porque a impressão que eu tenho é que rico não tem dor de dente. Rico vai ao dentista desde pequeno. Pobre é que começa a colocar carqueja, gengibre, cachaça no algodão, álcool 90º no algodão. É verdade, gente, pobre sofre demais. Arlindo, quando eu fui preso, em 1980 – se você tiver dúvidas, Tião, pergunte para o Romeu Tuma – eu estava fazendo um tratamento de canal. Quando eu fui preso, pedi para minha mulher levar agulha para mim, dentro da cadeia. Quando o dente começava a doer, e eu acabava de comer, sabem o que eu fazia? Eu ia para o espelho limpar o meu dente com aquela agulha. Até que um dia estourou, a boca inchou e o Tuma, às duas horas da manhã, arrumou um dentista, que estava com medo de me machucar como eu nunca vi alguém com medo na vida. Naquele tempo, tinha muito agente de saúde, já nas ruas, fazendo luta em solidariedade à greve dos trabalhadores metalúrgicos, e a gente tinha muita força. Pois bem, o que significa o Samu neste País, Temporão? É muita coisa, e ainda teve prefeitos, no Brasil, que ficaram meses com as ambulâncias paradas nas suas cidades e não utilizaram.



Pois bem, eu estava dizendo esses números aqui, para dizer para vocês que nós estamos diante de um momento delicado. Eu acho que vocês precisam ter clareza do seguinte: Eu já fiz, nesses quatro anos e meio de mandato... Já participei de 47 conferências, e tudo por causa da experiência da Conferência Nacional de Saúde. Aqui, nós já fizemos Conferência Nacional dos Índios, Conferência Nacional dos Portadores de Deficiência, Conferência Nacional da Igualdade Racial – agora, vai ter a Conferência Nacional de Homossexuais, de Lésbicas, das minorias tão marginalizadas neste País –, já fizemos Conferência da Criança, já fizemos Conferência da Mulher. Por causa da experiência das Conferências Nacionais de Saúde, nós já fizemos 47 Conferências Nacionais, envolvendo mais de 2 milhões e meio de pessoas, participando das Conferências.

E vocês não se preocupem, porque eu tenho consciência de que na medida em que a sociedade vai conquistando um milímetro, ela quer mais um milímetro, ela conquista mais um, ela quer mais um. Tem gente que não gosta. Agora, eu fico feliz porque se não fosse vocês, o sistema de saúde neste País, quem estaria sentado agora não seria o povo brasileiro, seria o Temporão com o dono da rede de hospital particular, pedindo mais dinheiro para cuidar da Saúde, que atende pouca gente.

Na medida em que vocês resolveram se organizar, e certamente o Saraiva foi contribuinte, certamente o Agenor foi contribuinte, como militantes, antes de serem ministros, Humberto Costa e tantos outros. O dado concreto é que hoje nós temos a convicção de que vocês podem orientar o governo federal a elaborar políticas públicas de Saúde, mas não basta orientar o governo federal, orientar o prefeito e orientar o governador. É preciso que a gente saiba que a Emenda 29... eu só exigi que o companheiro Arlindo não tivesse... Porque havia uma divergência no governo: coloca para regulamentar ou não? E eu disse para o Arlindo: “Vamos regulamentar, porque vamos acabar com essa história de mentir, neste País”. Muitas vezes, numa cidade,



quando tem remédio, o sucesso é do prefeito, quando falta remédio a culpa é do governo federal.

A verdade, nua e crua, é que a Emenda 29 vai permitir que cada estado brasileiro cumpra com a sua obrigação de investir 12% da sua arrecadação na Saúde. Porque tem estado, tem apenas 7 estados da Federação contribuindo com 12%. E depois, também, é preciso definir o que é investimento em Saúde. Daqui a pouco o cidadão quer fazer uma academia de ginástica e fala: “É do dinheiro da Saúde”. É mais fácil ir para a Secretaria de Esporte e pedir esse negócio. Ora, é preciso que a gente regulamente.

Pois bem, o que aconteceu? Nós fizemos a regulamentação, foi feito um grande acordo com o Colégio de Líderes no Congresso Nacional, com o Ministério da Saúde, com os deputados que cuidam da Saúde, fizeram até uma marcha em Brasília, foi feito um acordo. Esse acordo vai colocar na Saúde, até 2011, mais 24 bilhões de reais além do crescimento do PIB. Pois bem, a Saúde pode ter um crescimento, até 2011, de 32 bilhões de reais, se não me falha a memória. Como depois você vai fazer uma conferência, Temporão, se não for isso, você explica corretamente.

Agora prestem atenção numa coisa: não é apenas isso. Vocês viram que nós já aprovamos o PAC, já colocamos 40 bilhões de reais para cuidar de saneamento básico nas principais regiões metropolitanas deste País. Já colocamos 2 bilhões para cuidar das cidades com até 150 mil habitantes. E já colocamos 4 bilhões do PAC/Funasa para levar água potável para os índios e para os quilombolas, para levar esgotamento sanitário. Porque tudo isso faz parte de um programa que atende à Saúde.

E obviamente que tem a votação da CPMF. E eu estou ouvindo ali os debates: “Eu vou votar contra por causa disso, eu vou votar contra por causa daquilo”. Hoje eu disse para a imprensa que estou muito tranquilo em relação à CPMF. Primeiro, porque este País é um país democrático, ele tem Câmara, tem Senado, às vezes votam naquilo que a gente gostaria que votasse, às



vezes votam contra, às vezes pioram uma coisa que eu mando para votar e, muitas vezes, melhoram muitas das coisas que o governo manda para lá. Aí a Câmara vota, depois vai para o Senado, às vezes o Senado desmancha o que a Câmara fez, porque faz parte da democracia, volta para a Câmara, a Câmara conserta. Nada a reclamar, porque esse é o jogo democrático do País.

A Câmara aprovou não apenas a regulamentação da Emenda 29, e nós tivemos o bom senso de rediscutir no Senado, para que a gente permita que os estados tenham tempo de recuperar o que não contribuíram no mesmo período da implantação do plano, para que não haja uma exigência que o estado coloque o que não tem para colocar. Eu poderia dar um exemplo de um estado que só contribui com 6%. Ou seja, imaginar que esse estado pode dar um pulo de 6% para 12% num único ano é complicado. Então, nós queremos que ele tenha, também, 4 anos para poder se moldar.

Agora eu estou vendo as pessoas dizerem para votar contra a CPMF. Às vezes eu tenho a impressão, e a imprensa trabalha muito isso, gostosamente, tentando vender uma briga entre o Senado e o governo. Primeiro, parem com essa bobagem de vender briga entre o Senado e o governo, porque o “Lula Paz e Amor” não vai brigar com o Senado. Não vou brigar com o Senado. Votar contra ou a favor é o estado de consciência que vai tomar conta dos senadores no dia em que eles tiverem que votar. Se votarem contra, é um resultado tão legítimo quanto se votarem a favor. Agora, também não têm que prestar contas para mim. Eu jamais vou cobrar de um senador da República. Até porque o Presidente não pode cobrar, o mandato de presidente é só de quatro anos e o deles é de oito. Então, o presidente tem que ser mais comedido.

Agora, é importante que os deputados que votaram favoráveis à CPMF, que a bancada da Saúde no Congresso Nacional, que é o maior partido do Congresso e o mais unitário, comecem a mapear, neste País, quanto da CPMF vai para cada estado. Quanto o Rio Grande do Sul recebeu no ano passado e recebe neste ano, para a Saúde, da CPMF? E vamos perguntar para a



governadora se ela pode prescindir desse dinheiro. Vamos perguntar para o estado de São Paulo se o governador Serra pode prescindir do dinheiro. Se cada governador e cada prefeito puderem prescindir do dinheiro, significa que eles vão cumprir o que a CPMF dá hoje, então não vamos ter tantos problemas. Mas é preciso começar a perguntar, porque eles pensam que estão brigando comigo. Eu não quero brigar e não vou brigar. A briga não é comigo. Eles têm que explicar para os quase 5 mil e 600 municípios brasileiros quem vai dar o dinheiro para a Prefeitura cuidar da Saúde. Não é para mim. Eles vão ter que explicar para os estados, 17 que não cumprem aquilo que está na Constituição, quem vai dar dinheiro para a Saúde. Não sou eu.

Por isso é importante ter vocês, porque em cada cidade vocês podem chamar o prefeito e falar: “Prefeito, não vai fazer nada? Está se mancando aí, por que, Prefeito? A hora em que não vier o dinheiro do governo federal, da CPMF, como é que você vai tratar da Saúde, prefeito? Não está na hora de você fazer uma passeatinha em Brasília e fazer uma marcha? Não está na hora de ir à capital conversar com o seu senador?” Ora, num jogo democrático, o mais tranquilo possível é a gente começar a dizer a verdade neste País, porque muita gente fica acobertada em cima dos números e não diz. Aliás, eu queria prestar uma homenagem aqui em público. Primeiro, ao Tião e ao Arlindo, porque a Emenda 29... aí pode colocar o Roberto Gouveia na mesma cesta de médico bem-intencionado com a Emenda 29, pode colocar todos os médicos da Saúde, pode colocar o presidente da Comissão, todo mundo merece parabéns. Mas se tem uma pessoa que merece parabéns é o Adib Jatene, pelo que ele fez ao Paulo Skaf em São Paulo.

A verdade é a seguinte. Essas pessoas, sobretudo os ricos, porque pobre não paga CPMF, vamos ser claros. CPMF é coisa de rico, não é coisa de pobre. Vejam, na proposta que nós fizemos, quem ganha até um limite tal, deixará de pagar. Vai ter um limite importante que vai tirar 90%. O dado concreto e o dado muito objetivo é que essas pessoas precisariam, sobretudo



uma parte empresarial, não apenas reclamar de quanto pagam. É dizer publicamente, também quanto ganham, quanto lucraram nesses quatro anos do meu governo, como estão as suas empresas. Se a sociedade não for esclarecida, Tião, – e tem que fazer esse debate – a gente fica falando no escuro, a gente fica votando sem saber, e o povo fica olhando “que discussão é essa? CPMF ou não?”. Então, vamos fazer o debate às claras, porque se todo mundo entender, o prefeito entender que não precisa de dinheiro, o governador entender que não precisa de dinheiro, eu sou doido de ficar brigando, Arlindo? Eu não sou doido, eu não vou brigar com ninguém.

Agora, essa é uma questão séria, extremamente séria, porque o que está em jogo não é apenas a CPMF. É que, junto com a CPMF, tem a regulamentação da Emenda 29. E eu quero saber quem é que vai assumir publicamente a responsabilidade de estar inviabilizando o PAC da Saúde, porque no PAC da Saúde, o Temporão, que deve discutir e anunciar aqui, nós vamos tentar fazer uma pequena revolução na Saúde, que eu vivi na década de 60, ou melhor, em 1958. Eu freqüentava uma escola pública que tinha dentista, que tinha médico.

Então, nós vamos precisar levar para a escola pública brasileira... quando a criança entra, nós precisamos descobrir se a criança tem problema de visão, então é preciso que, de vez em quando, o oftalmologista vá à escola para fazer um teste de tabela, pelo menos, naquela criança. É preciso que a gente leve dentista à escola, para não permitir que uma pequena cárie na criança vire um poço da Petrobras. E é preciso que a gente leve, e no nosso Programa está colocado isso, duas consultas anuais, pelo menos, para crianças na escola, para a gente fazer a chamada medicina preventiva com as crianças brasileiras, já que elas estão concentradas em uma escola. E tudo isso, as pessoas vão ter que dizer se vão ou não inviabilizar.

Portanto, eu quero dizer para vocês. A minha parte, nós estamos fazendo. A Câmara já fez a dela, o governo está fazendo a dele. Agora, o que



nós queremos é que, da forma mais democrática e saudável possível, os senadores façam a deles. Agora, prestem atenção: vocês, nesse episódio, têm tanta ou mais responsabilidade do que eu para que seja aprovada no Congresso Nacional. Aqui todo mundo sabe que o poder de reivindicação de vocês é muito forte, todo mundo sabe que a Saúde não tem médico de direita, de esquerda, de centro. Eu já vi debates memoráveis na Câmara dos Deputados, de médicos ideologicamente de direita, com discursos semelhantes ao maior médico de esquerda. Portanto, quando as pessoas são sérias na questão da Saúde, a questão ideológica não vale. O que vale é melhorar a qualidade da saúde do povo brasileiro e o SUS é a melhor oportunidade que a gente tem de consagrar isso.

Muito obrigado, boa sorte e espero que vocês tenham boas e grandes decisões aqui.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante  
almoço com o Presidente de Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira**

**Palácio do Itamaraty, 14 de novembro de 2007**

Meus amigos,

Minhas amigas,

Eu quero, primeiro, cumprimentar o Excelentíssimo Senhor João Bernardo Vieira, presidente da República de Guiné-Bissau e sua Senhora, Izabel Romano Vieira,

Cumprimentar minha esposa, Marisa,

Cumprimentar o ministro das Relações Exteriores, nosso querido Samuel Pinheiro,

Cumprimentar os ministros de Guiné-Bissau e do Brasil.

Dizer para vocês que, tanto o presidente Vieira, quanto eu, abolimos os discursos, porque vamos fazer apenas um pequeno brinde. Eu queria chamar a atenção dos nossos companheiros brasileiros ministros: o Brasil tem que assumir mais responsabilidades com Guiné-Bissau. Todo mundo sabe que tomamos uma decisão, em 2003, de termos uma política mais ousada e mais participativa no continente africano, não só por razões históricas ou sentimentais, mas, sobretudo, porque achamos que o povo brasileiro tem muito a ver com o povo africano e, portanto, nós temos que dar uma contribuição ao povo africano para que ele possa desenvolver-se. Todo mundo sabe que Guiné-Bissau é um país de pouco mais de 1 milhão de habitantes. É um país com extremas necessidades, que precisa conhecer um processo de desenvolvimento e o Brasil tem, em muitas áreas, condições plenas de ajudar Guiné-Bissau.

Depois da conversa que tivemos com o Presidente, depois dos



protocolos assinados, nós precisamos fazer três coisas para consolidar as nossas relações: Primeiro, nós vamos fazer um resumo do trabalho que as 30 missões brasileiras que foram a Guiné-Bissau já fizeram, portanto já temos uma fotografia dos problemas em Guiné-Bissau. Segundo, nós vamos mandar mais algumas missões importantes para lá. A Petrobras precisa voltar à Guiné-Bissau. O ministro Nelson Jobim já assumiu o compromisso com o Presidente de que, em fevereiro, irá a Guiné-Bissau. A Embrapa, certamente, já que está em Gana, terá que dar um pulinho à Guiné-Bissau. Eles precisam de ajuda, da experiência do nosso sistema financeiro para ir modernizando as coisas em Guiné-Bissau. Precisam, urgentemente, que a gente dê uma luz na questão energética em Guiné-Bissau, tem potencial de construir hidrelétrica em Guiné-Bissau. O ministro Guido Mantega, a meu pedido, anunciou ao Presidente que a dívida de 34 milhões de dólares que Guiné-Bissau tem com o Brasil... Nós iremos enviar ao Congresso Nacional o pedido de perdão da dívida com Guiné-Bissau. E tem muitas outras coisas que o Brasil pode fazer.

Como Presidente do Brasil, eu posso dizer ao presidente Vieira que o Brasil pode fazer muito mais do que está fazendo para ajudar Guiné-Bissau. Nós temos um projeto de 2 milhões de dólares com Guiné-Bissau. Nós poderemos fazer muitas outras coisas.

Eu disse ao Presidente que, em função de uma demanda apresentada na reunião em que fizemos e, portanto, essa demanda precisa ser trabalhada e comparada com as missões que nós já tivemos em Guiné-Bissau. E como eu acho que o Brasil precisa fazer muito mais do que está fazendo, estou assumindo publicamente um compromisso com o presidente Vieira de que, todo ano eu viajo a cinco ou seis países africanos, na minha próxima viagem ao continente africano, eu sairei do Brasil e pararei na sua Guiné-Bissau para que a gente possa assinar os acordos que vão evoluir a partir desta sua visita ao Brasil.

Por isso eu queria convidar a todos para que de pé a gente pudesse



**Presidência da República  
Secretaria de Imprensa  
Discurso do Presidente da República**

---

fazer um brinde ao Presidente de Guiné-Bissau, à sua esposa e a todo povo de Guiné-Bissau.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante  
cerimônia de celebração do Dia Nacional da Consciência Negra e  
Lançamento da Agenda Social Quilombola**

**Palácio do Planalto, 20 de novembro de 2007**

Senhores e senhoras embaixadores estrangeiros acreditados junto a  
meu governo,

Meu caro companheiro Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos  
Deputados,

Minha companheira Marisa,

Meu caro companheiro Gilberto Gil, ministro da Cultura,

Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas da Promoção da  
Igualdade Racial,

Companheiro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, e sua  
companheira Ana Amorim,

Companheiro Fernando Haddad, da Educação,

Companheiro Orlando Silva, do Esporte. Orlando, foi um erro que eu  
quero assumir em nome do meu protocolo, porque não é possível que no Dia  
da Consciência Negra a gente não tenha mais um ministro negro aqui neste  
tablado. Mas como eu não posso culpar aqueles que trabalham comigo, eu me  
culpo, eu próprio assumo a responsabilidade.

Minha querida companheira Marta Suplicy, ministra do Turismo,

Meu querido companheiro Guilherme Cassel, ministro do  
Desenvolvimento Agrário,

Meu companheiro Márcio Fortes, ministro das Cidades,

Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência,

Nossa companheira Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas  
para as Mulheres,



Nosso querido companheiro Altemir Gregolin, da Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca,

Meu querido companheiro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos,

Nossa querida Ana Júlia, governadora do estado do Pará,

Meu caro Rolf, presidente do Incra,

Companheiros prefeitos,

Companheiros secretários de estado,

Senadores Inácio Arruda e João Pedro,

Deputados federais e deputadas Carlos Abicalil, Damião Feliciano, Domingos Dutra, Janete Pietá, Vicentinho, Zezéu Ribeiro. Se faltou, não está na minha nominata, me desculpem.

Senhor Nauro Sergio Muniz Mendes, prefeito de Penalva,

Meu caro Simplício. Simplício, você não quer dar uma palavrinha não? Dois minutinhos. Vamos lá Simplício, afinal de contas você veio de tão longe. Um som aqui para o microfone do Simplício.

**Simplício:** Como já foi dito, a Gilvana e a Matilde estão aqui representando os quilombolas do Brasil. Para mim isso é um motivo de honra, porque em 1995, no dia 20 de novembro de 1995, a gente estava aqui, junto com o Ivo Fonseca Silva, entregando um documento ao presidente da República, que era o FHC. Já foi dito que não foi atendida a demanda, ele fez uma comissão provisória e, quando foi agora, em 20 de novembro de 2003, foi assinado o decreto 4887 onde, já foi dito, tem sido encaminhadas essas políticas públicas até chegar a esse pé.

Então, estou aqui dizendo, frente ao companheiro, ao Excelentíssimo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para mim é um prazer ele ter dado essa oportunidade. E quero estar dizendo para todas as pessoas que ele já falou aí, autoridades que são de governo e também as pessoas que não são do



governo, que isso para a gente é motivo de muita alegria, a gente estar acompanhando essa herança e levando isso à frente. E também estar junto com ele, que tem feito um destaque no seu segundo mandato. Só quero fazer um pedido: que ele continue nisso, na base que ele vai indo e ouvindo as pessoas, as autoridades e os amigos, brasileiros, que ele tem tudo para levar em frente o trabalho que vem trazendo até agora.

É um motivo de honra a gente estar vendo, não é uma causa minha, mas é uma causa dos brasileiros tem (inaudível) a mudança, e que ele proceda fazendo o seu trabalho com fé em Deus e também ouvindo as pessoas, para poder dar continuidade a este trabalho.

E quero dizer para vocês, irmãos quilombolas, irmãos negros, foi falado da África. Nós não pedimos para vir para cá, estamos aqui por uma causa, e essa causa nós não vamos deixar de mão, nós temos que estar cada vez mais procurando melhorá-la. E no momento, pedir ao Excelentíssimo Presidente que nós precisamos avançar mais um pouco na questão das regularizações de titulação da terra. É ou não é, quilombolas?

Essas são minhas palavras, e obrigado pela oportunidade.

**Presidente:** Queria cumprimentar a nossa companheira, Márcia, que está aqui representando o companheiro Patrus, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate e à Fome.

Quero cumprimentar a companheira Noemi Uzeda, maestrina da orquestra de violino Os Cartolas, da Petrobras,

Quero cumprimentar os companheiros quilombolas, os companheiros do Movimento Negro deste País. Há quanto tempo, Bola.

Eu não vou ler o meu discurso porque toda vez que eu vou fazer um discurso por escrito e mostro ao Ministro para ver se ele concorda, ele termina citando os números que estão no meu discurso. Então, eu não vou repetir aqui.



E nem vou cobrar minha obra-símbolo da Matilde hoje, vou deixar para o ano que vem.

Mas, companheiros, primeiro quero dizer para vocês que é extremamente gratificante para mim poder participar deste Dia Nacional da Consciência Negra, vendo que nós conseguimos avançar um pouco mais. Toda conquista da Humanidade se dá ao longo do tempo, ela se dá com o acúmulo de força, com o aumento do nível de consciência das pessoas, com a agregação de aliados de outros setores participando da nossa luta. E a gente vai galgando conquistas e quando a gente vai perceber, a gente é obrigado a dizer que as nossas mães e as nossas avós, ao longo da vida, conseguiram profetizar aquela coisa: “de grão em grão a galinha enche o papo”, de grão em grão nós vamos conquistando espaços enormes para milhões e milhões de brasileiros e brasileiras, que ao longo de séculos foram segregados neste País.

É mais gratificante ainda poder perceber que a Matilde e o seu Ministério apresentaram aqui para vocês uma coisa em que eu quero que vocês prestem atenção. Foi por isso que eu não quis fazer o meu discurso, para chamar a atenção de vocês para algumas coisas importantes: não é fácil gastar 2 bilhões e 100 milhões de reais se a gente não tiver um conselho gestor que envolva a coordenação da Seppir, que envolva o movimento negro e os quilombolas em um conselho gestor que estabeleça metas para cada uma das áreas que está envolvida na elaboração desse programa.

Como é que acontecia antes? Antes, cada Ministério tinha um pedacinho de política para atender a comunidade negra, a comunidade indígena, e por aí afora. Os Ministérios não conversavam entre si. Também as empresas públicas – cada uma tem a sua política que ajuda esse ou aquele setor – não conversavam entre si. Então, você não conseguia construir uma política de Estado, você não conseguia construir uma política de governo. Era sempre a política da Codevasf, a política da Caixa Econômica, a política do Banco do Brasil, a política da Petrobras, a política da Seppir, a política da Educação,



você não tinha uma obra arquitetada e construída a ponto de dar uma “cara”. Quais são os ministérios envolvidos? São 14, levando em conta a Casa Civil e a Seppir. São 14 ministérios envolvidos, e esses 2 bilhões e 100 milhões são o somatório do que cada Ministério pode se comprometer a gastar.

Agora, prestem atenção: entre se comprometer a gastar, e gastar, é como olhar para o continente africano e achar que dá para ir a nado para lá. Não dá. Ou vai de navio, que demora dias, ou vai de avião e chega em oito horas. Se for para mais perto, chega em três horas, quatro horas, cinco horas. Só a Cabo Verde chega cedo, do Ceará chega a três horas e pouco.

Pois bem, entre dizer que tem dinheiro e gastar esse dinheiro aumenta a responsabilidade do Movimento e aumenta a responsabilidade da Seppir. A Matilde, por exemplo, vai ter que deixar de ser tão humilde e vai ter que cobrar dos outros ministros para cumprirem a tarefa que se comprometeram neste programa que está aqui. Normalmente eu já sei o que os ministros vão dizer para ela: “Não depende de mim, Matilde, depende do Ministério do Planejamento”. Então, a Matilde tem que ir ao Ministério do Planejamento. Aí, o Ministério do Planejamento vai dizer: “Olha, não depende de mim, o problema é da Fazenda, é o companheiro Guido que está segurando”. Ela vai ter que ir ao Guido. Bem, se tudo isso não for resolvido – e de preferência tudo isso tem que ser feito num dia ou em dois dias, porque se esperar a agenda dos ministros vai demorar um mês para ser atendida – se tudo isso não der certo, Matilde, aí você me procure e carinhosamente nós vamos resolver esse problema. Eu estou dizendo isso porque nesses cinco anos eu aprendi a diferença entre uma decisão e a execução. É muito demorado.

Então, o Movimento – eu quero que vocês saiam daqui com isso na cabeça – vocês esperaram mais de três séculos para começar a cobrar as coisas que vocês tinham direito. Então, aproveitem que eu tenho três anos de mandato e cobrem, porque quanto mais vocês cutucarem a Matilde, mais ela vai me cutucar e a somatória dessa “cutucação” é que vocês vão ter mais



conquistas até o final do nosso mandato. E por que é importante ter mais conquistas? É porque se o Movimento fica diluído, se a gente não faz a amarração entre a política de Estado e a organização do Movimento lá na base, garantindo direitos, o que vai acontecer? Qualquer governo desmonta isso. Qualquer governo que chegue faz um decreto e desmonta: “não tem mais isso, não tem mais aquilo, não tem mais aquilo”. Vocês vão gritar um mês, dois meses e está desmontado. É assim a história deste País. Só não se conseguiu desmontar quando o movimento organizado era muito mais forte. Um outro conselho que eu quero dar para vocês: o Estatuto da Igualdade Racial, Matilde. Ou vocês se convencem – e quero dizer isso em alto e bom som – ou vocês se convencem e aqui um recado para os deputados: ou vocês se convencem de que o Estatuto da Igualdade Racial só será aprovado quando o Movimento tiver uma única proposta, ou nós todos vamos completar 100 anos, como Oscar Niemeyer, e o Estatuto vai estar no Congresso Nacional. Ora, porque tem uma turma que quer “A”, a outra turma quer “B”, aparece uma turma querendo nem “A” e nem “B”, mas querendo “C”. Os deputados sabiamente, já pensando no próximo mandato, não querem brigar com ninguém. Não vão desagradar quem quer “A”, não vão desagradar quem quer “B”, não vão desagradar quem quer “C”. Ora, então pelo amor de Deus, amadureçam politicamente e construam, não aquilo que é o ideal para cada agrupamento, mas construam uma proposta que seja consensual, que possa permitir que haja avanço. Senão, vai ser um deputado do Movimento Negro votando contra outro deputado do Movimento Negro, porque um é da proposta “A”, o outro é da proposta “B”, o outro é da proposta “C”. Será que vocês não aprenderam, na vida inteira, que quanto mais nós divergimos mais os nossos adversários obtêm vitórias sobre nós?

Será que a gente não aprendeu... a África do Sul nos deu a lição agora. Eu duvido que os negros percam mais uma eleição na África do Sul, porque eles tomaram consciência de que são maioria e tomaram consciência de que são capazes de fazer tanto ou mais do que os brancos, nunca menos. Se nós



temos o Estatuto para ser votado, construam junto as lideranças, Matilde, deste País inteiro. Ninguém vai levar 100%, mas se a gente não tem nada e levar 80%, já é uma conquista extraordinária. Vamos deixar um pouco o teorismo na gaveta e vamos pegar a coisa prática que tem dentro do Estatuto e vamos aprovar, gente. Se isso estiver unificado, o Arlindo Chinaglia tem chance de convocar os líderes e colocar isso em votação o mais rápido possível, mas se não for assim, não vai votar.

Então, eu quero terminar a minha fala dizendo aos deputados responsáveis, aos secretários de Estado, às lideranças do movimento e à minha querida companheira Matilde que, pelo amor de Deus, vamos deixar aquilo que nos desune um pouco de lado e vamos juntar aquilo que nos une para a gente conquistar mais uma vitória para a gente consagrar isso. É a única chance de a gente aprovar, Matilde, é a única chance e isso torna o Senado e a Câmara mais palpável, mais palatável a uma proposta que venha do Movimento como um todo. Agora, se entra uma turma pela Câmara, a outra pelo Senado, uma brigando com a outra, é tudo que um político deseja: não se meter em encrenca dos outros.

Então, gente, eu tive maior noção de tudo isso quando eu fui à Ilha Gorée com o companheiro Celso, com o governo, fazer uma visita, e fui à casa em que mulheres, homens e jovens ficavam esperando o navio chegar para trazê-los para o Brasil. Eu tive mais consciência do porquê a África é um continente atrasado. A África é um continente atrasado porque durante 300 anos se tirou de lá o que tinha de melhor, e se tirou não para dar oportunidade em outro lugar, mas para segregá-los em vários países do mundo, sobretudo na nossa América. Aos poucos a gente vai avançando.

Naquilo que depende do governo é importante vocês terem clareza. Entre a gente certificar uma terra quilombola, reconhecer e poder dar o título, tem uma briga judicial que não depende da companheira Matilde, não depende do Inbra. Depende de mudar a Constituição, depende de fazer uma lei que



facilite, porque é um trabalho imenso para fazer esse reconhecimento. Ou seja, com o reconhecimento é mais fácil fazer a legalização.

Então, eu quero pedir para vocês, é quase um apelo do companheiro de vocês, presidente da República: as coisas que nós temos que fazer serão alcançadas com mais facilidade se a gente tiver a sabedoria de construir o possível. Se a gente não quiser construir, tudo fica mais difícil. Eu vou dar um exemplo: eu sei que já tem universidade no Brasil em que companheiros negros estão sendo admoestados porque são negros e estão estudando de graça, e do lado tem um branco como eu, pagando. Isso cria fissura, cria... eu tenho conversado com algumas pessoas, chamei a atenção do Fernando Haddad para ele ver o que estava acontecendo em Minas Gerais, porque neste País, toda vez que a gente tenta ajudar os mais pobres, aparece uma ciúmeira, as pessoas não estão perdendo nada, só não querem que os pobres cheguem igual a eles. E ser pobre e negro é pior ainda.

Então, eu quero que vocês compreendam que não é apenas uma questão de lei ou decisão, é uma questão cultural, é uma questão que está impregnada no nosso cérebro e isso leva tempo para mudar, leva muita conversa, não é uma coisa do dia para a noite.

Essa moça aqui, que está aqui na nossa frente, a nossa ministra Nilcéa, era reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro quando introduziu a quota no Rio de Janeiro. Ela sabe o que ela sofreu com os parceiros dela, porque as pessoas da boca para fora são todas democráticas, todas igualitárias, tudo é moderno, mas na hora em que chega na partilha do pão, tem cara que quer mais pão que o outro, não quer dividir, não quer repartir.

Eu sei da quantidade de jovens meninas e meninos negros que estão na universidade, jovens que não poderiam jamais entrar numa universidade se tivessem que pagar 800, 900 ou 1 mil reais a prestação. Nós, agora, estamos tentando fazer com que a média de alunos por professores nas universidades federais passe da média de 12 para 18. Com isso, a gente colocaria mais 1



milhão de alunos na universidade. E tem gente que não quer. Tem gente que não quer por quê? Porque neste País tem gente que já comeu ou está comendo, e aí fala: “dane-se aquele que não comeu. Para quê pobre quer entrar aqui? Para que tem que ter curso à noite?” Muitas vezes são companheiros, Luiz Alberto, com posições que parecem esquerdistas, mas que são mais conservadores do que o mais conservador do mundo. As pessoas não permitem um avanço.

E como eu acho que vocês estão aprendendo a conquistar passo a passo, ajudem. Primeiro, cuidem da Matilde. Nós, agora, vamos estruturar direitinho a Secretaria, porque se não estruturar vai chegar um outro presidente e, por um decreto, acaba. O Paulo Bernardo não está aqui, mas tem que ter funcionário de carreira lá na Secretaria, para que seja uma parte da máquina pública brasileira e não seja uma daquelas bolinhas de árvore de Natal pendurada na árvore, que é o nosso governo. Tem que ser a própria árvore.

A segunda coisa: vocês precisam, junto com a Matilde, montar uma equipe de gestão desse Programa e a cada mês se reunir e cobrar. O Ministério das Cidades deu dinheiro? Não deu por quê? O Guilherme passou o dinheiro? Não passou por quê? O Orlando Silva não passou? Não passou por quê? E ir em cima, porque se vocês não forem em cima, eles vão ceder para quem estiver fazendo pressão em cima deles. Então, pelo amor de Deus, olho aberto para que no final de 2010 a gente possa fazer uma festa aqui, comemorando a utilização correta da socialização do dinheiro público brasileiro.

Muito obrigado e parabéns a todos vocês por este Dia da Consciência Negra.



**Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da solenidade de Declaração de Aspirantes da Academia Militar das Agulhas Negras/2007**

**Resende - RJ, 24 de novembro de 2007**

É com muito orgulho e satisfação que participo desta cerimônia que marca um momento tão importante para a vida destes mais de 430 jovens da Turma "Bicentenário de Caxias" que acabam de concluir o seu curso na Academia Militar das Agulhas Negras e agora se tornam aspirantes-a-oficial.

Este é um momento de vitória para cada um de vocês que deixaram suas cidades e suas famílias para abraçar a carreira militar – e a missão de contribuir para a defesa da soberania e da democracia de nosso país.

Durante os anos em que vocês estiveram aqui em Resende, puderam absorver os conhecimentos necessários para a vida profissional como oficiais em uma das mais antigas e tradicionais instituições de nosso país: o Exército Brasileiro.

Tão importante como esses conhecimentos, a Academia Militar lhes proporcionou lições que não estão presentes nos livros, mas sim na convivência diária com seus colegas e professores. Estou falando do espírito de equipe, do respeito e da disciplina que devem permanecer por muitos anos em seus corações.

A verdade é que esses valores – assim como o profundo zelo com a democracia e a intensa ação solidária – são elementos fundamentais para que o Brasil continue a trilhar os caminhos do desenvolvimento sustentado. E para que a nação se torne um berço acolhedor a todos os nossos compatriotas.

Pela dedicação e o brilhantismo que vocês têm demonstrado ao longo de sua juventude – e que lhes permitiu não só ingressar na AMAN, mas também concluir este curso – estou certo de que desempenharão uma grande



carreira em nossas Forças Armadas.

É por este motivo que parabenizo os pais e familiares aqui presentes, pessoas que certamente tiveram um papel fundamental na educação e na formação dos valores que proporcionaram esta conquista de hoje.

Quero, em especial, dar os meus mais profundos parabéns a todos vocês, que entregam seus espadins de cadetes e se tornam aspirantes-a-oficial do Exército Brasileiro. E conclamá-los a tornar ainda mais intensa a sua dedicação ao nosso país e à nossa gente.

Boa sorte a todos!

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 24ª  
Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico  
e Social**

**Palácio do Planalto, 27 de novembro de 2007**

Vocês estão percebendo que estamos de coordenador novo do nosso Conselho, nosso companheiro José Múcio, que tomou posse no lugar do ministro Walfrido.

Quero cumprimentar o companheiro José Múcio. Ele começou com muita vontade de trabalhar, porque eu tinha sugerido, no dia da posse, que seria melhor adiar o Conselho e marcar uma outra data para que ele pudesse tomar pé da situação. Ele preferiu manter a reunião, o que é uma demonstração de que está com uma disposição de trabalhar, que eu espero que tome conta do Miguel Jorge.

Queria cumprimentar os nossos conselheiros, as nossas conselheiras, e dizer para vocês poucas coisas, companheiros. Quando acabar de falar, vou ter que me retirar, José Múcio, porque o dia está cheio.

Nós estamos terminando o ano numa situação, eu diria, que muitos de nós, durante muito tempo, não acreditávamos que seria possível chegar ao final de 2007, na situação em que estamos chegando. Acho que há a compreensão da maioria da sociedade de que o Brasil amadureceu e está se encontrando enquanto nação. Eu acho que, aos poucos, vai tomando conta da sociedade brasileira a idéia de que depende muito mais de nós mesmos do que dos agentes internacionais. Obviamente que não estou desconhecendo que a economia internacional indo bem, tudo vai melhorar para o Brasil. Mas nós estamos vivendo uma fase em que, não só do ponto de vista internacional, as coisas estão mais ou menos ajustadas, e precisamos continuar ajustando, sempre olhando para os passos que a China vai dando, sempre olhando para



os passos que a Índia vai dando, porque são dois bilhões e 300 milhões de habitantes que, há 30 anos, não eram contados na economia global, não eram levados em conta nas reuniões comerciais feitas no mundo e, agora, são dois países que estão quase como centros das disputas das grandes economias para a venda dos seus produtos.

Quando eu digo que é preciso olhar com dois olhos é porque o Brasil está nesse jogo, e o Brasil tem espaços a disputar neste mundo globalizado, alguns deles junto com Índia e China, e alguns deles, disputando com China e Índia. Mas o que é mais sagrado para mim é que nós temos uma novidade na economia brasileira, que é o crescimento do mercado interno. Finalmente, a parte mais pobre da população brasileira também está virando consumidora, não consumidora ainda de bens duráveis, de coisas muito sofisticadas. Mas o comércio está demonstrando que, certamente, teremos um dos melhores natais da história do Brasil.

Eu estou vendo aqui alguns companheiros criadores de gado e vendedores de carne. Eles sabem que estão vendendo muito e que o pobre está comendo carne, o que não era muito habitual na nossa vida. As donas-de-casa estão consumindo aquilo que, até então, era só para setores médios da sociedade, não só porque, com a globalização, esses produtos todos baixaram, mas também porque as pessoas começaram a adquirir o sabor de consumir alguma coisa.

Os empregos estão crescendo. Estou vendo a construção civil, aqui, feliz da vida. Mais feliz ainda ficarão quando encerrar o leilão da nossa famosa e complicada hidrelétrica do rio Madeira, primeiro Jirau e depois Santo Antônio. Esses dias, estive conversando com algumas pessoas, os estudos sobre Belo Monte estão avançando bastante. Mas, sobretudo, a construção civil na área de habitação.

Eu penso que nesses últimos 26 anos os empresários não viveram, ou não viviam, o momento em que estão vivendo agora. Não só porque começa a



crescer a quantidade de trabalhadores que podem comprar uma casa financiada, como o sistema financeiro, depois das mudanças que foram feitas, se abriu para financiar habitações para o setores médios da sociedade. Eu acho que nós vamos ter um crescimento na construção civil – meu caro João Paulo Reis Velloso – como tivemos na década de 70, logo depois... Não, em 67, 68, quando foi introduzido o Sistema Financeiro de Habitação. Deus queira que seja por muito tempo.

Nós estamos preocupados com a falta, a pouca oferta de alguns produtos, que começam a ser vítimas do crescimento da construção civil, sobretudo na área de cimento. Hoje o ministro Guido teve uma reunião com os setores produtores de cimento. Nós precisamos construir algumas fábricas, a Votorantim já anunciou a construção de mais 10 fábricas e a Camargo Corrêa, de mais duas. Ou seja, é importante que a gente agora se prepare para atender a demanda. Passamos a vida inteira reclamando que não tinha demanda. Na medida em que começa a aparecer a demanda, é preciso que nós nos preparemos.

Todos vocês aqui, dos sindicalistas aos empresários, sabem que o processo de crescimento de uma economia começa assim: a economia começa a crescer e a primeira coisa que os empresários fazem é convocar horas extras. Depois que convocam hora extra uns seis meses, os empresários começam a convocar um terceiro turno. Depois de convocar um terceiro turno por uns seis meses ou um ano, aí não tem jeito, tem que aumentar a fábrica. Ou constrói uma nova planta, ou aumenta um galpão. Alguma coisa tem que fazer para atender a demanda.

Eu não sei se eu disse aqui, da outra vez, mas eu tive uma reunião com a Petrobras, e o setor de petróleo, no mundo inteiro, está vivendo uma situação muito interessante. A demanda é muito grande por pesquisa, prospecção, extração de petróleo, e as empresas que atendem o mercado não estão conseguindo suprir a demanda das empresas petroleiras. A Petrobras, por



exemplo, que tem 65 mil fornecedores, tem uma série de fornecedores que demoravam 240 dias para entregar uma encomenda e estão pedindo hoje 400 dias para entregar uma encomenda.

E, isso, em outros setores da sociedade. A indústria automobilística, eu convivo com ela desde 1968, e só via a indústria automobilística chorar que fechava no vermelho, Toninho Trevisan, eu nunca vi nada fechar tanto em vermelho como a indústria automobilística. A indústria automobilística, há dois anos, está produzindo como nunca produziu no Brasil, está vendendo como nunca vendeu, no Brasil. A tendência natural é a situação melhorar, daqui para a frente, sobretudo depois que nós apresentarmos a nossa proposta de política industrial, que agora tem um *time* político para apresentá-la. Eu vou entrar nesse *time* político já, já. Nós tínhamos interesse de, nos próximos 15 dias, apresentar a proposta de política industrial, que nem eu a conheço ainda. Amanhã, talvez, tenha uma apresentação da política industrial para mim.

Como queríamos apresentar a política tributária, e não vamos apresentar. E por que não vamos apresentar? Porque eu não sei o que vai acontecer. Portanto, eu vou esperar para ver o que vai acontecer com a CPMF, para que a gente possa discutir a política tributária. Eu sei que alguns companheiros do Conselho gostariam que apresentássemos ontem mas, além do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, eu tenho o Conselho Político, que envolve deputados representando todas as forças políticas do Congresso Nacional, os presidentes dos partidos e senadores, que acharam por bem a gente não misturar o debate da política tributária com a questão da CPMF. Uma coisa em cada tempo. Eu espero que a CPMF possa ser resolvida nos próximos dias, depende do Senado. Portanto, vamos segurar a apresentação da proposta de política tributária, como vamos segurar a proposta da política industrial.

A proposta de política industrial, eu penso que será uma coisa extremamente importante para o País. Ela traz, eu diria, novidades para alguns



setores da economia, ela traz um processo de desoneração razoável para a economia. Agora, nós também não vamos colocar dentro da mesma sala de aula alunos de anos diferentes, de cursos diferentes. Vamos aguardar resolver um problema para depois, então, discutir os outros dois problemas.

O que eu queria tranquilizar o Conselho é que num país democrático como o nosso, que aprendeu a viver em democracia; num país como o nosso, que já fez *impeachment* de presidente; num país como o nosso, que já sobreviveu à renúncia de presidente, o que tem que nos dar tranquilidade é que o processo democrático, na medida em que ele se consolida, ele permite que a gente possa viver momentos de discordância política, sem que isso abale um milímetro sequer a economia do País. Se alguém pensa que, por conta de nervosismo político, nós vamos permitir que a economia brasileira desande, pode saber que vai perder dinheiro nessa aposta, porque nós iremos fazer todos o esforço para que a inflação continue controlada. Eu digo sempre: eu já vivi do outro lado, quando a inflação era de 40% ao mês. Eu sei o que é um peão receber o seu salário, não ter conta bancária remunerada e não saber o que fazer com os 10 reais que sobravam para ele, depois de pagar as despesas, porque a inflação ia comer a cada dia. Portanto, manter a inflação controlada, para mim, não é apenas uma decisão econômica, é um valor de conquista das pessoas mais pobres deste País e de toda a sociedade brasileira. Então, agora, nós temos que começar o ano...

Sempre que a economia vai bem, aqui tem ministros que já passaram por isso, aparece gente querendo: “Bom, agora, vamos à farra do boi, agora vamos resolver todos os problemas que estão há um século para serem resolvidos, vamos resolver agora”. Não vai ter isso. Com o mesmo cuidado com que chegamos até agora, com a mesma responsabilidade com que chegamos até agora, nós vamos enfrentar o ano de 2008 que, certamente, será melhor do que o de 2007. Vamos enfrentar o ano de 2009 que, certamente, será melhor do que o de 2008, e vamos chegar a 2010 e entregar



este País para um novo presidente da República organizado, arrumado. Que nenhum empresário ou nenhum trabalhador tenha medo de que o próximo presidente da República vai facilitar a fuga de capitais, que vai voltar a inflação, que os estrangeiros não vai investir. Eu só peço a Deus que, quando terminar o meu mandato, esses discursos não sejam motivo e nem razão para o debate econômico do País.

Portanto, eu quero agradecer a vocês, companheiros. Eu sei que, muitas vezes, é difícil tirar vocês da terra de vocês, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de outros estados da Federação para vir para uma reunião, muitas vezes vocês fazem sacrifício para vir aqui. Mas eu queria dizer para vocês que eu sou agradecido, porque vale a pena o pouco tempo que vocês passam aqui dentro. Como orientação, até nos momentos de divergências, vocês não sabem como é bom, a gente que governa, de vez em quando ter alguém dizendo não para a gente. Quanto é bom, às vezes, ter alguém dizendo que a gente está errado, que a gente está exagerando. O correto, na vaidade do politiquês brasileiro, seria só ouvir gente falando bem, só números positivos, só coisas boas. Mas a vida real não é assim, e eu prefiro viver a vida real.

Quero agradecer, José Múcio... Eu vim só atrapalhar a reunião, mas eu não poderia... não sei se vou ver mais companheiros aqui... Quero agradecer ao Rigotto pelo trabalho que ele está nos prestando na questão da política tributária, em nome do Conselho. Eu estou convencido de que nós vamos votar a política tributária e, desta vez, nós vamos deixar claro quem é que não quer votar a política tributária. Vamos ter que dar nome aos bois, por que determinadas pessoas não querem a política tributária, porque no discurso todo mundo é favorável. Eu não vou fazer como eu fiz em 2000, que apresentamos a proposta de política tributária, depois ninguém queria votar e a culpa ficou no governo. Não, agora vamos dizer porque tal pessoa não quer a política tributária, porque tal deputado está atrapalhando, porque tal ministro está atrapalhando, porque tal empresário está atrapalhando, porque tal governador



não quer, porque tal prefeito não quer, para as pessoas saberem, porque a proposta apresentada está bem trabalhada. Certamente, não esperem consenso, porque não vai ter consenso nunca. Em política tributária, em futebol e em religião, o dia em que tiver consenso é porque o mundo está próximo de acabar. Então, em política tributária, o Toninho Trevisan sempre vai dar um palpite contra uma coisa, querendo reduzir um pouco mais de imposto, desonerar mais um pouco, o Paulo Skaff sempre vai pedir um pouquinho mais, para reduzir os impostos. É assim, a vida é assim.

Agora, o dado concreto é que, em algum momento da história deste País, nós vamos ter que abrir mão das nossas intenções corporativas e pensar um pouco no conjunto do País, levando em conta que nós não podemos permitir, não é, Robson, que alguns estados percam e outros ganhem, sem que a gente faça um processo de concertação que garanta ao estado que perdeu ser ressarcido ao longo do tempo, até a política ficar justa para todo mundo.

Gente, de coração... alguns eu vou ver daqui para a frente. Eu tenho algumas viagens internacionais, e este mês, Miguel, o nosso tempo... Eu espero que você já tenha convidado o pessoal aqui para... Nós vamos ter uma série de viagens internacionais: nos dias 9 e 10 para a Argentina, nos dias 11 e 12 para a Bolívia, no dia 13 para a Venezuela, no dia 18 para o Uruguai, e nessas viagens sempre é importante a gente estar com um monte de empresários brasileiros, porque está na hora de a gente vender aquilo que a gente produz.

Um grande abraço. José Múcio, desculpe-me por tomar o tempo de vocês aqui, atrapalhar a fala da Viviane Senna, mas eu espero que vocês tenham a compreensão de que, pelo fato de ser o presidente, eu tinha que chegar e falar rapidamente.

Um abraço, companheiros.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de lançamento mundial do Relatório PNUD de Desenvolvimento  
Humano 2007/2008  
Palácio do Planalto, 27 de novembro de 2007**

Meu caro companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Meu caro companheiro Sérgio Machado Rezende, ministro da Ciência e Tecnologia,

Minha querida companheira Marina Silva, ministra do Meio Ambiente,

Meu caro companheiro Geddel Vieira Lima, ministro da Integração Nacional,

Minha querida companheira Marisa Letícia,

Minha cara senhora Kim Bolduc, representante residente do PNUD,

Senhor Kemal Dervis, administrador do PNUD,

Senhores deputados federais Cleber Verde, Daniel Almeida, Laurez Moreira e Nelson Marquezelli,

Senhor Kevin Watkins, diretor de Desenvolvimento do PNUD,

Senhora Leire Pajín, secretária de Estado de Cooperação Internacional da Espanha,

Senhoras e senhores membros do corpo diplomático,

Senhoras e senhores,

Companheiros e companheiras,

Na verdade, o protocolo deveria decidir que quando pessoas tão importantes falam de temas tão importantes como o Relatório do PNUD e a questão climática, o presidente deveria ser apenas ouvidor de um ato como este. Entretanto, eu tenho um discurso para fazer, já construí cinco discursos



na minha cabeça ali, já desfiz os discursos. Mas quero dizer para vocês que é uma honra sediar o lançamento mundial do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD. E queria começar fazendo um desafio ao PNUD. Esse relatório que vocês estão publicando hoje é o relatório com base no ano de 2005. Possivelmente, vocês só irão fazer o relatório com base no ano de 2009/2010, mais ou menos em 2012, 2011. Eu já não estarei mais presidente da República do meu País porque o mandato termina no dia 31 de janeiro de 2010, mas gostaria imensamente que o PNUD aceitasse, eu não diria um desafio, mas um convite para que voltasse ao Brasil em 2012 para apresentar o seu Relatório de Desenvolvimento Humano. Vou conversar até com o secretário-geral da ONU para já agendar isso. É porque eu estou convencido, e muito convencido, de que na hora em que o PNUD apresentar o relatório do ano de 2006, o Brasil vai crescer mais um ponto. Na hora em que apresentar o de 2007, o Brasil vai crescer mais um ponto; na hora em que apresentar o de 2008, o Brasil vai crescer mais um ponto; na hora em que apresentar o de 2009, o Brasil vai crescer mais um ponto; na hora em que apresentar o de 2010, o Brasil vai crescer mais um ponto. E eu estou convencido de que a partir daí, todo governo que vier vai se sentir na obrigação de fazer o Brasil crescer um ponto a cada Relatório.

Falo isso com a convicção de um presidente que coordena um agrupamento de ministros e todos, sem distinção, têm a convicção e o compromisso de que o Brasil vive um momento tão especial na sua curta história de 500 anos, e vive ainda um momento tão especial na sua curta história de República, que nós poderemos nos dar ao luxo de dizer que somos abençoados por Deus por governar o Brasil neste momento que estamos vivendo. Daí porque a minha tranquilidade de dizer ao PNUD que estarei aqui como ouvinte, se convidado pelo futuro presidente, para assistir a apresentação, porque seria para mim extremamente gratificante colher o resultado daquilo que nós estamos plantando pelo País, meu caro Patrus



Ananias.

A segunda coisa que eu queria dizer para vocês, e sobretudo dizer ao nosso administrador Kemal Dervis, é que o Relatório é ambicioso e corajoso. Na verdade é um relatório à altura da tarefa que temos pela frente. No fundo, no fundo, os discursos que ouvi hoje aqui, Marina, são um pouco a retomada das discussões que foram feitas em 1992, por ocasião do encontro do Rio de Janeiro, denominado aqui no Brasil como Eco-92. Naquela ocasião, a comunidade internacional reconheceu que o futuro do Planeta dependeria do engajamento e da cooperação solidária de todos. O Relatório mostra que essas conclusões são, hoje, dramaticamente verdadeiras.

Precisamos mudar o modelo de desenvolvimento global, sob pena de sofrer uma catástrofe ambiental e humana. A preservação de nosso patrimônio comum exige repensar como geramos e distribuimos a riqueza entre países e entre nossas sociedades. Foi essa a mensagem que levei à Assembléia-Geral das Nações Unidas em setembro passado. Como reduzir padrões insustentáveis de consumo e ao mesmo tempo atender às aspirações de bem-estar e desenvolvimento dos povos? Como garantir segurança energética sem causar desequilíbrios ambientais?

Aqui, eu gostaria de chamar a atenção de vocês para o aspecto político. A diferença entre uma decisão tomada e uma decisão executada é muito grande. Quando se reúnem centenas de países em Roma e resolvem aprovar as Metas do Milênio, concomitantemente deveria ser aprovada a responsabilidade de cada signatário, não apenas dos países pobres, que têm que melhorar a qualidade de vida do seu povo, mas a disponibilidade de recursos dos países ricos para ajudar os países pobres. Se não for assim, as decisões são tiradas nos fóruns internacionais e depois são adaptadas à correlação de força, à correlação política interna e ao desejo eleitoral de cada país, e não acontecem.

Queira dar o exemplo do Haiti. Todo mundo sabe que o Haiti é um dos



países mais pobres do mundo, todo mundo sabe que no Haiti quase não tem mais uma árvore, porque as pessoas foram obrigadas a cortar para queimar e poder cozinhar. Entretanto, os países que são chamados doadores, que dizem há mais de um ano que têm 1 bilhão para ajudar o Haiti, muitas vezes esse dinheiro demora muito a chegar. Eu tenho dito na ONU e tenho dito aos meus companheiros presidentes que é impossível sustentar a democracia no Haiti se aquele povo não tomar café, almoçar e jantar todo santo dia e se não tiver perspectiva de trabalho. Portanto, é preciso que haja mais responsabilidade.

Não queremos muito, só queremos que o mundo faça com os países pobres, hoje, o que a União Européia fez quando resolveu apostar todas as fichas na derrubada do Muro de Berlim. O dinheiro que os países ricos da Europa colocaram para ajudar a Espanha, colocaram para ajudar Portugal, colocaram para ajudar a Grécia, para ajudar a Alemanha Oriental, para ajudar todos os países do Leste europeu, o que nós queremos é que o mesmo esforço seja feito para o continente africano, seja feito para a América Latina. Aí sim, nós estaremos construindo a possibilidade de os seres humanos dos países pobres sobreviverem com dignidade. Uma coisa extremamente importante, e nós temos exemplos para dar.

Quando lançamos aqui o Programa Bolsa Família, em 2003, na época era só projeto Fome Zero, quando tudo terminou de ser construído e aprovado em outubro, nós tínhamos consciência de que estávamos plantando uma semente e que aquela semente precisaria ser adubada para que pudesse germinar e se tornar uma árvore frondosa, forte, que pudesse produzir bons frutos. Os apressados queriam que o Programa desse certo antes de o Programa acontecer, ou seja, não é possível comer uma fruta antes de plantar a árvore. A árvore foi plantada. Passados três anos e meio eu posso dizer, sem medo de errar, que não sei se existe em algum outro lugar do mundo um programa de transferência de renda com a seriedade do Bolsa Família, sobretudo a seriedade no cadastro, que era o grande problema que



encontramos para fazer com que o dinheiro chegasse na mão do pobre brasileiro.

Eu acho que o Bolsa Família melhora a qualidade de vida das pessoas, leva comida à casa das pessoas, garante que as pessoas assumam o compromisso de freqüentar a escola, assume compromisso para que as mulheres cuidem melhor da sua saúde e cuidem melhor da saúde dos seus filhos.

Mas nós não queremos parar apenas aí. Nós sabemos que no Brasil nós temos muita coisa para fazer, porque nós estamos hoje no século XXI vivendo o descaso de quase todo o século XX com metade da população brasileira. Resgatar isso não é uma coisa simples. E nós temos exemplos, em toda a América Latina, de países que cresceram, há dez anos, 6% ou 7% ao ano e não foi possível construir políticas sociais para acompanhar esse crescimento do desenvolvimento econômico, porque nos países pobres, todas as vezes em que algum governo tenta colocar dinheiro para cuidar do pobre, o FMI diz que é preciso, primeiro, cuidar do ajuste fiscal, do equilíbrio fiscal, porque sem equilíbrio fiscal nada mais pode ser feito.

Aqui, no Brasil, nós também provamos o contrário. Nós provamos que é possível ter uma política fiscal séria, nós provamos que é possível combinar a distribuição de renda para os mais pobres com o crescimento econômico, nós conseguimos provar que é possível crescer o mercado interno com o mercado externo. E hoje nós estamos colhendo parte daquilo que nós plantamos. Precisamos plantar muito, mas eu acho que nós já fizemos uma boa semeadura e temos consciência de que precisamos trabalhar muito mais porque estamos mais experientes, mais conscientes, já não precisamos cometer nenhum erro que cometemos no começo. A sociedade já está mais habituada, porque também a sociedade começou a aprender que quando os mais pobres vão ascendendo na vida, que vão atingindo um novo padrão e viram consumidores, viram estudantes, viram trabalhadores, viram pessoas



com saúde, viram gente de classe média, é menos gente na rua, é menos gente abandonada, é menos criminalidade, é menos prostituição. É esse o resultado de um ciclo combinado de sacrifício entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a justiça social.

Queria dizer aos companheiros do PNUD que eu tenho consciência de que apenas a atitude individualizada de um país não resolve um problema. Hoje, o problema é mais complicado. Nós temos novidades no mundo econômico mundial. Nós temos a China, com 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, e que ainda precisa incluir 1 bilhão na cidadania. Nós temos a Índia, com 1 bilhão de habitantes, precisando ainda incluir 700 milhões de habitantes na cidadania. Arrumar mercado de trabalho, arrumar escola, arrumar alimento, tudo isso é um desafio que não estava previsto no século XX e que se apresenta agora no século XXI.

Qual é a grande chance que nós temos? É que nós não somos obrigados a cometer os mesmos erros que os países desenvolvidos cometeram no século passado para se desenvolverem. Nós já temos experiência, já conhecemos os efeitos disso.

É preciso que os países ricos saibam que agora, em Bali, nós vamos discutir com muita seriedade o preço que os países ricos têm que pagar para que os países mais pobres possam preservar as suas florestas, porque você não vai convencer um pobre, de nenhum país do mundo, que ele não pode cortar uma árvore se não tiver como troco o direito dele trabalhar, o direito dele comer. E a contrapartida de quem é responsável por 70% da emissão de gases do efeito estufa, a grande responsabilidade de quem não tem uma matriz energética limpa como a que nós temos hoje... 85% da energia elétrica brasileira é renovável e limpa, 45% de toda a energia brasileira é limpa, portanto, nós também não estamos dispostos a aceitar lições. Estamos dispostos a fazer o diálogo, mas não aceitar imposições, e sim discutir concretamente o que tem que ser feito neste instante em que o Brasil tem



tecnologia aprovada há 30 anos, e já utiliza há muito tempo 25% de etanol na gasolina.

Agora, em janeiro, começaremos a introduzir 2% de biodiesel no óleo diesel. Estamos dizendo ao mundo – que há 50 anos anuncia o motor a hidrogênio e não anunciou ainda porque não consegue separar as partículas de hidrogênio – nós, mais humildemente, estamos oferecendo os biocombustíveis. Em vez de cavar um poço de petróleo a 7 mil metros de profundidade, com um buraco de 30 centímetros, uma semente, um pouco d'água e um pouco de sol estaremos colhendo combustível do século XXI, gerando empregos, distribuindo renda e despoluindo o Planeta que os outros poluíram no século passado. Portanto, o debate é político, não é apenas um debate ambiental ou econômico. É um debate político e social.

Qual a responsabilidade que cada nação vai ter? Se depender de cada nação tomar as decisões a partir das suas necessidades internas, os Estados Unidos vão continuar produzindo etanol de milho, porque quem vota nos Estados Unidos são os produtores de milho, e por isso é importante subsidiar, em detrimento de outras coisas que podem produzir álcool com muito mais eficácia.

Nós, aqui no Brasil, estamos apenas querendo contribuir. Não queremos que nenhum país do mundo siga aquilo que estamos fazendo, mas não aceitamos ser tratados nessa discussão como cidadãos de segunda classe. As pessoas precisam aprender que é possível produzir carros pequenos, mais econômicos. Tem carros produzidos em alguns países do mundo que não conseguem virar a curva numa esquina, de tão grandes que são. Um carro daqueles daria para fazer três carros populares aqui no Brasil. O Brasil está vendendo 85% dos carros no mercado interno, *flex fuel*, com sucesso extraordinário. Agora, vejam que absurdo: para que o Brasil exporte o seu etanol para algum país do mundo, tem uma sobretaxa enorme, quase dobrando o preço do nosso álcool. Entretanto, o petróleo comprado dos países



de petróleo não paga nenhuma taxa. Cadê o equilíbrio comercial? Cadê a vontade de despoluir o Planeta? Cadê a vontade de diminuir a emissão de gases de efeito estufa? Poderia começar taxando o petróleo. A Europa já decidiu, até 2020 a Europa vai introduzir 10% de etanol no motor do carro. Aqui no Brasil eu quero ver se nós chegamos mais rápido. Portugal pretende chegar em 2010. Portanto, eu acho que nós estamos caminhando de forma importante.

Quero dar os parabéns ao PNUD, porque acho que quando se faz um relatório da envergadura do que vocês fizeram, não tem que ter preocupação se ele vai agradar a um governo, a um país ou a uma personalidade. O Relatório é o filho que nós parimos, seja feio ou seja bonito. Nós temos que gostar dele e cuidar dele com muito carinho. O Relatório é uma fotografia que pode ser uma referência de comportamento, daqui para a frente, para o mundo inteiro. A companheira Marina vai, o ministro Celso Amorim vai a Bali, e nós vamos com a disposição de fazer um diálogo profundo, sério, para ver se a gente sai da fase dos documentos, para ver se a gente sai da fase das intenções e toma alguma atitude, pelo menos uma, que signifique uma tomada de decisão concreta dos países preocupados com a questão do nosso Planeta.

Eu estou convencido de que nós precisamos começar a trabalhar também a conscientização da sociedade porque, obviamente, mudar o modelo produtivo de cada país está subordinado à mudança do padrão de consumo da sociedade. Seria tão bom se nós nos conformássemos com dois pares de sapatos, com dois vestidos, com duas calças, com dois ternos, mas nós queremos mais. Nós moramos num país tropical, construímos um prédio com vidro fumê e depois passamos o dia inteiro com a luz acesa – não é verdade? – quando poderia ser produzido um prédio com vidro transparente, uma cortininha branca. Fecha-se todo um prédio para depois comprar ar-condicionado.

Então, ou nós mudamos o padrão de desenvolvimento e o padrão de



consumo... E aí é que está o grande problema, porque um pobre querer ficar rico, é fácil. Agora, querer que alguém diminua o seu padrão de consumo é que gera as revoluções e as guerras que vocês cansaram de assistir, senão na vida real, nos filmes.

Meus companheiros,

Eu quero dizer aos companheiros do PNUD que levem do Brasil a grata certeza de que nós aprendemos aqui que não tem mais política individualizada de ministro. A política que a companheira Marina executa no Ministério do Meio Ambiente não é uma política da Marina, é uma política do governo. O programa que o nosso companheiro Sérgio Rezende apresentou, de Ciência e Tecnologia, não é um programa do ministro Sérgio Rezende, porque se fosse dele acabaria quando ele saísse, é um programa do governo e da sociedade.

Na próxima semana estaremos apresentando um programa de Saúde. E vamos levar saúde para as famílias nas escolas brasileiras. As crianças, nas escolas, vão ter que fazer exames pelo menos duas vezes por ano, para ver se a gente recupera um padrão que nós já tivemos.

Eu gostaria de pedir aos companheiros do PNUD que nos ajudassem com as experiências adquiridas em outros países, que nos ajudassem trazendo exemplos bem-sucedidos de políticas acontecidas em outros países, para que a gente possa acertar cada vez mais e errar cada vez menos. E esperar que os países ricos cumpram com a sua parte. Que a gente não permita que os países pobres cresçam errando, como os ricos erraram no passado, e que a gente possa ter os recursos necessários para ajudar no desenvolvimento daqueles que mais precisam.

Eu estou convencido de que o Brasil tem lições a aprender, estou convencido de que o Brasil tem lições a dar e estou convencido de que se todos nós governantes formos humildes, pensarmos no Planeta e tomarmos a decisão conjunta de salvá-lo, nós conseguiremos salvá-lo. Se cada país continuar defendendo apenas os seus interesses econômicos ou seus



interesses políticos, eu penso que as catástrofes já estão anunciadas, já estão mais do que visíveis para todos nós, e nós seremos vítimas delas.

Por isso, meus companheiros do PNUD, parabéns. O desafio está feito: em 2012, anunciar o novo relatório do PNUD aqui no Brasil. Eu e Marisa certamente estaremos vivos e cá estaremos para assistir, para ver o que aconteceu neste País. Podem ficar certos de que vai acontecer muita coisa. Já estão preparadas, já foram lançadas as bases, agora é tempo de colheita e, certamente, nós vamos colher aquilo que plantamos.

Um abraço, parabéns e obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço oferecido ao grão-duque Henri de Luxemburgo**

**Palácio Itamaraty, 28 de novembro de 2007**

Vossas Altezas Reais, o grão-duque e a grã-duquesa de Luxemburgo,  
Senador Tião Viana, presidente interino do Senado,  
Deputado federal Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,

Minha querida companheira Marisa,  
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ministro interino das Relações Exteriores,

Senhoras e senhores ministros de Estado de Luxemburgo e do Brasil,  
Senhoras e senhores integrantes da delegação do grão-ducado de Luxemburgo,

Senhoras e senhores,

É uma grande alegria receber Vossa Alteza Real, acompanhado da grã-duquesa Maria Teresa, em sua primeira visita ao Brasil, como chefe de Estado. Temos hoje a oportunidade de concretizar todo o potencial da amizade que une nossos países.

Vossa Alteza Real já esteve no Brasil, ainda como príncipe herdeiro. Ao longo desta visita, conhecerá o quanto consolidamos nossa maturidade política e estabilidade econômica. Verá que estamos construindo um Brasil mais justo, voltado para o bem-estar coletivo.

Luxemburgo e Brasil lutam por um mundo mais solidário e menos desigual. O combate à fome e à pobreza é uma das causas que nos aproximam. O Brasil é hoje referência internacional no combate à exclusão social.



Luxemburgo é um dos poucos países que cumpre a meta das Nações Unidas para aplicação de recursos na cooperação para o desenvolvimento. A central internacional de medicamentos é exemplo eloqüente de como países desenvolvidos e em desenvolvimento podem unir esforços. Estamos financiando o tratamento de dezenas de milhares de pessoas em países afetados pela Aids, malária e tuberculose.

Precisamos redobrar este espírito de cooperação solidária. Só assim poderemos responder ao maior desafio que a humanidade enfrenta neste início do século XXI: as mudanças climáticas. Todos os países devem contribuir, segundo suas responsabilidades, para conter o impacto dramático do aquecimento global.

É essa a mensagem do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD que lançamos ontem, em Brasília. O Brasil levará para a Conferência de Bali propostas para incentivar países em desenvolvimento a engajarem-se nesse esforço global.

Estamos convencidos de que a voz dos países em desenvolvimento precisa ser mais ouvida nas grandes questões da agenda internacional. Por isso, quero agradecer o voto de confiança que significa o apoio público de Luxemburgo a que o Brasil se torne membro permanente do Conselho de Segurança. O Brasil conta também com a liderança de Luxemburgo para a rápida conclusão das negociações inter-regionais entre a União Européia e o Mercosul.

Senhoras e senhores,

A parceria estratégica entre a União Européia e o Brasil é um marco nas relações entre nossos dois países. Ela multiplica as oportunidades para atuarmos em conjunto em áreas prioritárias, como energia e ciência tecnológica.

Na visita que fez à unidade produtora de etanol em Ribeirão Preto, Vossa Alteza Real pôde verificar as condições de sustentabilidade ambiental e



social da produção brasileira de biocombustíveis.

O Brasil leva muito a sério essas responsabilidades. É por isso que estamos trabalhando no zoneamento agroecológico da cana e no desenvolvimento de certificação para o etanol e para o biodiesel. Queremos garantir que os setores de etanol e biodiesel se desenvolverão em harmonia com a natureza e em benefício da população mais carente.

A experiência brasileira demonstra que os biocombustíveis podem transformar-se em poderoso instrumento de combate à fome, à pobreza e à desigualdade, em escala global.

O apoio de seu governo para que se suspendam as tarifas impostas ao etanol seria decisiva contribuição para realizar todo o potencial dos biocombustíveis como fonte limpa, barata e renovável. Esse é apenas um exemplo das oportunidades que se abrem para nossa parceria no campo econômico-comercial.

O momento para voltar os olhos para o Brasil não podia ser mais oportuno. A economia brasileira está firmemente assentada nos trilhos da estabilidade. Temos assegurado crescimento duradouro a taxas anuais de, no mínimo, 5%. Os fluxos de investimento direto estrangeiro deverão ultrapassar os 35 bilhões de dólares em 2007.

O Programa de Aceleração do Crescimento está investindo até 2010 mais de 250 bilhões de dólares em projetos de infra-estrutura, que garantirão que nosso crescimento seja de longo fôlego.

Essa é mais uma excelente oportunidade para empresas luxemburguesas ampliarem seus tradicionais investimentos no Brasil. A Arcelor-Mittal já saiu na frente com projeto de 1,8 bilhão de dólares. Estará contribuindo não apenas para gerar empregos, mas também empregar tecnologia avançada que reduzirá a emissão de gases de efeito estufa.

A importante delegação governamental e empresarial que o acompanha bem simboliza as esperanças e o otimismo que marcam nossos projetos de



cooperação e parceria. No Brasil, posso assegurar-lhe, encontrará igual entusiasmo.

É com essa confiança nas oportunidades que se abrem para a cooperação entre Luxemburgo e o Brasil que peço que levantem um brinde à saúde de Vossas Altezas Reais, o grão-duque Henri e a grã-duquesa Maria Teresa, e à amizade entre nossos povos.

Muito obrigado.



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de assinatura de atos**

**Vitória-ES, 29 de novembro de 2007**

Você sabe que eu estou aqui um pouco agoniado porque eu tenho que chegar ao Rio de Janeiro para entregar uma comenda ao Oscar Niemeyer que, vocês sabem, está completando 100 anos de idade. Hoje, o Iphan comemora 70 anos, e como o Oscar Niemeyer foi um dos fundadores do Iphan, ele iria estar nesse ato para que a gente pudesse entregar a comenda que ele não pôde receber em Brasília. A minha assessoria está dizendo que a minha agenda já está atrasada 2 horas e meia. E eu não posso... Um jovem pode esperar um dia, um homem da minha idade pode esperar meio dia, mas um senhor de 100 anos de idade não pode esperar muito.

Portanto, eu vou dizer apenas algumas palavras, cumprimentando o povo do estado do Espírito Santo, o povo das cidades que aqui assinaram os convênios com o Ministério das Cidades, com a Caixa Econômica Federal. O povo de Vila Velha, que precisa saber que tem recursos para Vila Velha. Acontece que os recursos de Vila Velha foram assinados pelo estado por conta de quem vai fazer as obras é a empresa de saneamento básico do estado do Espírito Santo. Mas tem mais de 58 milhões para Vila Velha, portanto, vai dar para o prefeito trabalhar razoavelmente bem.

Algumas palavras... Você sabe que eu me lembro de Vila Velha muito bem porque uma vez teve um prefeito, um companheiro do PT que assumiu por alguns meses, o companheiro Magno. Fui um dia lá visitar porque a grande briga daquele momento eram os mosquitos que tinha no rio. Eu fui para lá, a minha vontade era ajudar aquele companheiro – ele só tinha acho que 11 meses de mandato, era um período curto que ele assumiu – e os mosquitos tomavam conta da cidade. Eu fui para a beira do rio e falei: sabe de uma coisa?



Eu estou com vontade de comer esses mosquitos aqui para ver se consigo ajudar a acabar com os mosquitos. Mas não era possível, em 11 meses, fazer o que pode ser feito a partir do momento em que o prefeito começa a ter um pouco mais de recursos na cidade e aplicar nas coisas que são essenciais.

Eu não vou ler o meu discurso, só queria dizer para vocês o seguinte: o que nós estamos fazendo aqui, nós fizemos no Brasil inteiro. Em um estado como o Espírito Santo, que é um estado mais arrumado do que muitos estados brasileiros, o governador teve a compreensão de que dos quase 700 milhões de reais que vêm para este estado, uma parte, de duzentos e oitenta e poucos milhões são do Orçamento Geral da União e os outros 500 milhões é empréstimo do governo federal, da Caixa Econômica, o que significa que o estado vai pagar e tem uma pequena contrapartida.

Por que a gente fez assim? Porque nós convencemos os companheiros governadores dos estados que têm um pouco mais de recursos a tomar um pouco mais de dinheiro emprestado para que sobrasse mais dinheiro do Orçamento, para que a gente pudesse dar para os estados que tinham menos capacidade de endividamento. Isso também foi feito para as cidades. Para as cidades que tinham um pouco mais de recursos, nós demos mais dinheiro como empréstimo do que do Orçamento Geral da União para que a gente pudesse, então, ter dinheiro para dar para as cidades menores.

Esses investimentos que estamos fazendo, de 40 bilhões de reais, no Brasil, só para vocês terem noção do que significa isso: no meu primeiro mandato... Vamos pegar o último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o último ano. O presidente Fernando Henrique Cardoso tinha anunciado o equivalente a 2 bilhões e meio, ou 3 bilhões, para o saneamento básico e, no final do ano, só tinha sido contratado 262 milhões. No nosso primeiro ano, a gente anunciou 3 bilhões e pouco, e foi contratado pouco mais de 600 milhões.

Ou seja, por que isso acontecia? Acontecia porque você anunciava que



tinha dinheiro, normalmente os prefeitos não estavam preparados, porque não tinham o projeto pronto e não faziam projeto porque o governo federal não tinha dinheiro. Normalmente, as empresas dos estados também estavam quebradas e não tinham dinheiro para fazer esses investimentos. Esses investimentos normalmente são feitos na parte mais pobre da população, que é a parte que não pode pagar como pode pagar o cidadão de classe média baixa, de classe média alta ou os mais ricos da cidade.

Então, a gente ficava numa encalacrada. Você anunciava o dinheiro, esse dinheiro estava disponibilizado e as cidades não tinham condições de pegar porque as cidades não tinham projetos, ou se tinham algum projeto, esse projeto não era completo. A Caixa Econômica Federal era muito exigente, o Banco Central, então, era muito exigente. Tinha, naquela época, uma coisa, Paulo Hartung, que era assim: o governo anunciava o dinheiro, mas no fundo, no fundo, o Banco Central não queria liberar o dinheiro porque queria fazer superávit primário. Então, criava todas as dificuldades possíveis para que o dinheiro não fosse liberado, para quando chegasse ao final do ano, o superávit primário estivesse completo.

Nós, com o aprendizado do primeiro e com a construção do PAC, disponibilizamos 40 bilhões de reais para ser gasto até 2010. Não é uma tarefa fácil. Gastar 40 bilhões não é uma coisa simples. Aqui eu estou vendo a OAB, estou vendo o Ministério Público, estou vendo o Tribunal de Justiça, é um problema sério. E fazer uma obra neste País é muito complicado, gente. É importante vocês saberem. Quando você começa a fazer uma obra, você tem o dinheiro para fazer a obra, está aqui o dinheiro. Aí, você faz o projeto, aí você consegue licença prévia. Quando o Ibama ou o instituto ambiental do estado te dá a licença para você fazer a obra, aparece alguém do Ministério Público e fala: “Não está correto”. Entra com uma ação, a obra é paralisada. Quando o Ministério Público concorda, quando o Ibama concorda, quando todo mundo concorda, o prefeito, então, faz a licitação. Aí, está pronta a licitação, o



empresário que perdeu, entra com uma ação. Vai para a Justiça. A Justiça dá uma liminar. Aí, fica seis, sete, oito meses paralisada.

Onde é o aeroporto, aqui, de Vitória? Eu vim aqui com o Paulo Hartung, fizemos um ato público e colocamos dinheiro para o aeroporto. O Tribunal de Contas da União achou uma pendenga. Ao invés de resolver a pendenga em três meses, a obra está quase paralisada, já era para a gente está quase inaugurando esse aeroporto.

Então, é importante vocês compreenderem que tem um emaranhado de leis que regulam essas coisas, que me parece que a vida inteira a gente legisla uns desconfiando dos outros. Então, ao invés da gente colocar coisas para facilitar, nós colocamos coisas para obstaculizar. E é difícil, os prefeitos sabem.

Pois bem, no PAC, nós demos uma inovada. Nós chamamos os governadores e os prefeitos, todos estiveram lá, os que têm dinheiro para receber. Fizemos de comum acordo quais eram as obras prioritárias de cada cidade. Junto com o governador e com os prefeitos, vimos quais as cidades que têm projetos. As que não têm projeto, têm que fazer. É preciso cumprir porque senão nem o Ministério Público, nem a Justiça, nem o Tribunal de Contas deixa fazer. Por isso é que nós temos que cumprir a legalidade. Então, nós estamos trabalhando no PAC há praticamente nove meses, organizando, estruturando, vendo se tem defeito numa prefeitura, o que precisa fazer, se tem problema no Ministério Público, sem tem problema de licenciamento.

Estamos chegando no final do ano e graças ao meu bom Deus parece que a coisa vai desabrochar. Eu trabalho com a idéia, e quero dizer aos prefeitos aqui que podem me esperar no ano que vem, que eu venho fiscalizar essas obras, ver se elas estão... Eu, o Paulo Hartung, os prefeitos e vocês vamos andar para ver se essas obras estão acontecendo, porque precisam acontecer. O povo não pode, é muito tempo de sofrimento, é muito tempo de espera, e o tempo do mandato é só quatro anos. Às vezes uma obra que a gente quer começar em janeiro para terminar em fevereiro tem tanto



penduricalho judicial que ela demora um tempo.

Olha, eu vou contar uma coisa para vocês. Eu, como Presidente, e certamente o Paulo Hartung, como governador, e certamente vocês como, prefeitos, às vezes a gente toma uma decisão, dá uma ordem de serviço. Seis meses depois, você pergunta para a pessoa... Eu vou contar uma história: Canal da Malária, de Pernambuco. A Maria Fernanda, presidente da Caixa, foi comigo e o Márcio foi comigo. Na cidade de Olinda, um canal, uma fedentina e mulheres e homens moravam ali, ou seja, era uma coisa podre, podre. Aquele canal com um terreno... olha o nome do lugar: Canal da Malária. Nós chegamos lá para visitar as casas, entrei nas casas, tinha dado uma enchente, o chão todo molhado, mas as mulheres pobres demonstrando que limpeza não tem nada a ver com riqueza porque pobre gosta de ser limpo. Aí, eu fui lá há dois anos. Sabem, quando você começa o governo, você pensa que dá uma ordem e acontece no dia seguinte. Aí eu falei: essa obra vai começar logo. Mas quê começar logo... Todos os dias eu encontro com a Maria Fernanda: “cadê o Canal da Malária? Eu quero ir lá, eu quero inaugurar. Eu quero ver a casinha daquela mulher em que eu entrei, de barro. Eu quero ver se ela melhorou”.

Agora, no PAC, essas coisas vão fluir com muito mais facilidade porque acho que os prefeitos aprenderam, os governadores aprenderam, o governo federal aprendeu, os ministros aprenderam, e nós estamos colocando também no PAC uma coisa importante: cuidar de quilombolas, ou seja, os bairros onde moram os remanescentes de quilombos, cuidar dos índios brasileiros com saneamento... São 4 bilhões para a gente cuidar dos quilombolas e dos índios do Brasil e, ao mesmo tempo, tem o FNHIS, que foi uma conquista do movimento social, está lembrado? Aquela lei de iniciativa popular, que é a habitação de interesse social. São 4 bilhões até 2010. Nós, agora, sancionamos uma lei garantindo que o movimento social e as cooperativas, também tenham direito a pegar desse dinheiro para fazer casas, para ver se a gente resolve, definitivamente, os problemas deste País.



Eu, companheiros e companheiras, queria terminar aqui dizendo para vocês o seguinte. Eu nem queria falar da CPMF... Eu não queria falar, porque depois alguém vai ficar aqui: “fala”. Eu queria dizer o seguinte: Nós vamos votar a CPMF, todo mundo sabe que o País não pode prescindir de 40 bilhões, todo mundo sabe que na nossa proposta apenas 13 milhões de brasileiros vão pagar, o restante do povo não paga. Agora, o dinheiro que a gente cuida, do Bolsa Família, o dinheiro que a gente cuida, da aposentadoria rural, o dinheiro da Educação é dinheiro da CPMF. Portanto, aqueles que votarem contra, vão ter que arcar com a responsabilidade do dinheiro que vai faltar para cuidar do povo pobre neste País.

Então, eu estou muito tranquilo com essas coisas. Acho que os senadores, na hora de votar, vão ter a responsabilidade de perceber que podem votar, porque pode ter um pequeno grupo que pode agir sem responsabilidade, que é o PFL, que não tem perspectiva de nada, mas os partidos mais sérios terão que ter perspectiva. Eu tenho dito aos meus companheiros do PSDB, do PMDB... O PSDB tem cinco governos de estados importantes: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, estados importantes... como é que pode prescindir do dinheiro da CPMF? Não é possível.

Pois bem, mas eu queria terminar aqui, dizendo o seguinte: realmente, eu estou com um problema de ir à casa do Oscar Niemeyer para atendê-lo, gente, um problema sério, então eu não posso brincar. Eu queria dizer para vocês o seguinte: essas obras todas têm que acontecer. Eu queria pedir aos prefeitos que, qualquer problema que tiverem, a primeira coisa que têm que fazer é procurar o governador de estado para ajudar. Se tiverem problemas, procurem o governo federal para a gente fazer essas rosas desabrocharem rapidamente. O que eu quero ver é melhorar a qualidade de vida das pessoas. Mas eu quero ver também as máquinas trabalhando para gerar emprego, para fazer coleta de esgoto, para levar água potável na casa das pessoas.



Eu queria terminar agradecendo aqui porque o estado do Espírito Santo... uma coisa importante que nós fizemos foi a sanção presidencial, no último dia 19, da lei que inclui o Porto de Regência no Plano Nacional de Viação. É um projeto de lei do senador Gerson Camata, que foi aprovado, eu sancionei, e é uma coisa importante para o nosso estado. Quero agradecer a todos os companheiros, dizer para vocês e dizer, Paulo Hartung, que o ano também termina bem para mim. Termina bem, porque eu estou sentindo que as coisas estão melhorando, acho que os dados do PNUD este ano foram uma coisa importante – o nosso querido bispo, aqui – porque aquilo é apenas de 2005, quando vier o de 2006, de 2007, 2008, vai estar muito melhor o Brasil. Porque se tem uma coisa que eu quero ajudar, quando terminar o mandato, é saber que os pobres melhoraram de vida neste País, que os pobres conquistaram a sua cidadania.

Paulo, querido, obrigado pelo dia de hoje. Prefeitos, obrigado pelo dia de hoje. Um grande abraço a vocês e até outro dia, se Deus quiser.

Antes da cerimônia de assinatura de atos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participou de almoço com o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung. Na ocasião, deu a seguinte declaração: "As obras do PAC vão começar a partir de agora. São 40 bilhões de reais e começam a germinar de agora até março. Vamos ter uma quantidade de obras que não tínhamos há 40 anos e não vai parar mais".



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de inauguração da BR-259/ES – Trecho João Neiva/Baixo  
Guandu**

**Colatina-ES, 29 de novembro de 2007**

Meu querido companheiro, governador do estado, Paulo Hartung,  
Meu querido companheiro Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes,  
Meu companheiro Gerson Camata, senador da República,  
Meu companheiro Renato Casagrande, senador da República,  
Companheiros deputados federais, Camilo Cola, nossa companheira  
Irihy Lopes, nosso companheiro Jurandy Loureiro, nosso companheiro Lelo  
Coimbra, nosso companheiro Neucimar Fraga,

Meu caro João Carlos Coser, prefeito da cidade de Vitória,  
Meu caro João Guerino Balestrassi, prefeito de Colatina,  
Vereador Olmir Castiglioni, presidente da Câmara Municipal de Colatina,  
Excelentíssimo e reverendíssimo senhor dom Décio Sossai Zandonade,  
bispo diocesano de Colatina,

Pastora Anilda Francisca Mendes, presidente da Ordem de Pastores  
Evangélicos de Colatina,

Senhor Élio Bahia, superintendente regional do DNIT do Espírito Santo,  
Meu caro Leonardo de Deptulski, vice-prefeito de Colatina,  
Senhoras e senhores deputados estaduais, vereadores, secretários dos  
estados e de municípios,

Companheiros prefeitos que estão participando da inauguração desta  
BR,

Companheiros e companheiras do Espírito Santo,  
Companheiros e companheiras de Colatina,  
Homens e mulheres do nosso querido País.



Mas companheiros, é verdade que é a primeira vez que eu venho à Colatina, como presidente, mas é verdade que eu já vim outras vezes aqui, quando não era presidente da República, quando eu era apenas dirigente sindical. O (inaudível) era presidente da Federação dos Trabalhadores do Espírito Santo e por aqui passamos algumas vezes. Mas volto hoje com alegria redobrada, porque o tempo se encarregou de mostrar que o povo brasileiro estava certo quando votou em mim para presidente, quando votou no companheiro Paulo Hartung para governador, e o povo brasileiro está hoje, recebendo parte daquilo que o povo merece receber, não é tudo ainda.

A inauguração de uma obra como esta, que começou há 21 anos... Imaginem o que foi investido de dinheiro há 21 anos, depois 20 anos paralisada, para que essa obra pudesse ser concluída. É importante a gente meditar, não pela qualidade do asfalto, é importante a gente meditar, em 21 anos de obra paralisada, o prejuízo que isso causou à Colatina e causou ao estado do Espírito Santo. Vinte anos não são pouca coisa. Mas agora eu posso dizer para vocês que eu me sinto como aquele caszinho novo, que se casa e começa a construir a sua casa. O rico que se casa já tem a casa pronta, mas o pobre vai construindo pedaço por pedaço, não pode comprar todos os móveis, vai comprando aquilo que é necessário e urgente de cada vez, vai passando o tempo e ele está com a sua casinha pronta.

Eu posso dizer para vocês que, depois de todo o esforço que nós fizemos, o Brasil está arrumado para dar passos mais extraordinários. O casal, depois da casinha pronta, pensa no filho. E nós estamos pensando em fazer o que deveria ter sido feito há 20 anos ou há 30 anos. É muito mais fácil a gente trabalhar, sendo presidente da República, tendo um governador que é parceiro, tendo deputados e senadores que são parceiros, preocupados até na apresentação das suas emendas, em apresentar emendas para obras importantes para o estado, do que a gente trabalhar com um governador que não conversa com o presidente da República. Que deputado não quer



conversa com o presidente da República? Pessoas que muitas vezes não estão dispostas a sentar para discutir. Eu queria lembrar aqui, Paulo Hartung, que nós tivemos um governador aqui, do PT, chamado Vitor Buaiz, meu grande companheiro Vitor Buaiz, que comeu aqui neste estado “o pão que o diabo amassou” e que vivia em Brasília, acreditando que o presidente Fernando Henrique Cardoso iria ajudá-lo e não ajudou. Não tinha dinheiro para pagar salário de funcionário, não tinha dinheiro para pagar remédio gratuito, não tinha dinheiro para fazer as coisas. E o Vitor vivia acreditando que o Fernando Henrique Cardoso ia ajudar e não ajudou. Eu pensei que não ajudava porque ele era do PT. Depois veio o José Inácio, que eu nem sei o que faz hoje. Mas também o estado faliu, o estado quebrou, essa é a verdade.

Entra Paulo Hartung no mesmo ano eu que eu entrei e, em vez de a gente ficar procurando motivos para divergir, nós dois procuramos motivos para convergir: em que o Brasil precisa do Espírito Santo e em que o Espírito Santo precisa do Brasil. Essa confluência de interesses permitiu que em várias oportunidades eu ouvisse senadores da República, eu ouvisse o governador Paulo Hartung dizer em palanque: “Presidente Lula, o senhor está colocando no estado do Espírito Santo, em poucos anos, mais do que tudo que foi colocado pelos outros presidentes da República em 20 anos.” Essa parceria só é possível porque quando dois cidadãos, mesmo em casos diferentes e esferas diferentes, são despojados de vaidades pessoais, são despojados de interesses menores e começam a pensar o que a gente pode deixar de benefícios para o povo que tem esperança que este País melhore, a gente pode fazer muito mais.

Depois do esforço que nós fizemos no primeiro mandato, este País hoje está investindo, Paulo Hartung, o equivalente a 260 bilhões de dólares, 504 bilhões de reais em obras de infra-estrutura. Só para cuidar de água, esgoto e saneamento básico são 40 bilhões de reais, coisa jamais vista neste País. Ao todo, para habitação, são 106 bilhões de reais. Mas não é apenas o povo que



mora na cidade que vai receber.

Nós fizemos o PAC/Funasa. São 4 bilhões de reais para levar água e tratamento de esgoto para os quilombolas espalhados pelo território nacional. Vamos atender 90% das comunidades indígenas com água potável e com esgotamento sanitário, vamos atender as cidades de até 50 mil habitantes, principalmente onde tem maior índice de mortalidade infantil, onde tem Doença de Chagas e onde tem malária. E só podemos fazer isso porque o Brasil se encontrou consigo mesmo.

Amanhã, ou melhor, no dia 5, nós vamos anunciar o PAC da Saúde. Nós iremos, definitivamente, fazer uma revolução na saúde neste País, vamos voltar a uma coisa que nós tivemos na década de 70, Paulo Hartung. Vai ter médico nas escolas para consultar as nossas crianças. Coisas que não existiam nós vamos retomar agora, vamos garantir ao povo pobre o direito de fazer exames de alta complexidade, coisa que hoje só rico pode fazer. Pobre morre na fila esperando e não tem vaga. Portanto, os pobres vão ter direito de fazer também. E isso, Paulo, só é possível porque, além de um segundo mandato, nós tivemos um grupo de governadores eleitos neste País, da melhor qualidade, que estão nos ajudando a construir essa coisa extraordinária que é devolver a esperança e a certeza de que o Brasil encontrou, definitivamente, o caminho do crescimento. O crescimento econômico gera emprego, o crescimento econômico gera distribuição de renda, o crescimento econômico gera oportunidade para todo mundo. É por isso que eu estou convencido de que este será o melhor Natal que este País vai ter, depois de décadas e décadas de desesperança do povo brasileiro.

Mas não é apenas isso. Eu estou saindo com o Paulo Hartung daqui e vamos inaugurar uma outra obra numa empresa de siderurgia. Mais ainda, eu poderia dizer para vocês que – este ano, eu não sei, Paulo, está terminando, – mas certamente, a partir do ano que vem, eu virei para cá para que a gente comece a inaugurar as universidades e as escolas técnicas que nós estamos



fazendo aqui. Serão 10 escolas técnicas aqui neste estado e duas extensões universitárias neste estado.

Eu vou dar um dado para vocês. Desde 1909, quando Nilo Peçanha inaugurou a primeira escola técnica profissional, em 93 anos o Brasil construiu 140 escolas técnicas. Nós, em oito anos, vamos construir 214 escolas técnicas neste País. De vez em quando a imprensa me bate porque nós vamos contratar mais gente. E vamos contratar, sim. Se a gente quiser melhorar a saúde, temos que contratar mais enfermeiros, mais atendentes, mais médicos. Se quiser melhorar a educação, tem que pagar melhor salário para o professor, tem que contratar mais professores, mais professares e mais técnicos. Ou será que essas pessoas querem que o Estado não preste serviços à sociedade? Vamos ainda, até 2010, inaugurar 14 universidades novas, federais. Se vocês quiserem estudar, peguem a história da República e vejam, de todos os presidentes que teve, quanto cada um fez de universidade. Nós vamos fazer 14 universidades federais novas e vamos fazer 48 extensões universitárias, levando *campi* para o interior deste País.

E por que estamos fazendo isso? Porque neste mundo globalizado é preciso criar oportunidades para os jovens da cidade do interior terem oportunidade de estudar na sua cidade ou na sua região. O que acontece é que as meninas e os meninos terminam o ensino fundamental, fazem o 2º grau e não têm mais o que fazer. Se tiverem um parente na capital, vão para a capital; se não tiverem, vão trabalhar em um trabalho com salário menor, na cidade.

E por que nós queremos formar os nossos jovens? Para que eles possam ter possibilidade de emprego. Eu sei a diferença entre um jovem com profissão e um jovem sem profissão. O que tem profissão vai ter emprego. O que não tem profissão não vai ter emprego e vai ser disputado pelo narcotráfico, pelo crime organizado ou, quem sabe, até pela bebida. No caso das mulheres, é mais grave ainda. A mulher precisa estudar, porque estudando



ela vai ter independência e, tendo independência, ela não vai se subordinar a ninguém. Mesmo o companheiro ou marido tem que tratá-la bem, porque sabe que ela não é dependente dele, ela não está em casa esperando o salário dele, ela vai trabalhar e vai ganhar o seu salário. E quando ele falar grosso com ela, ela fala grosso com ele e, normalmente, ele vai ceder.

Este País, nós estamos construindo hoje porque é possível construir. Agora vocês estão vendo na televisão a disputa da CPMF. Eu não tenho falado. A CPMF são 40 bilhões de reais. Quem paga a CPMF? Nós estamos isentando, no Imposto de Renda, até 2 milhões e 800. Na verdade, o dinheiro da CPMF é para a Saúde, para a aposentadoria de trabalhador rural e para o Bolsa Família. É para isso que serve a questão da CPMF. Quem quer acabar? Quem quer acabar, na verdade, além do PFL – que torce todo santo dia para as coisas não darem certo neste País, porque eles governaram durante 500 anos e não conseguiram fazer o que o País queria que fosse feito. Ora, eles agora ficam com o discurso de que é muito imposto – na verdade, quem tem medo da CPMF é quem sonega imposto. Esse é que tem medo da CPMF, porque é o imposto que vai detectar quem está sonegando. Portanto, o Senado vai tomar uma decisão. Eu tenho a convicção de que eles vão fazer, de que eles vão votar e eu tenho a convicção de que a aprovação da CPMF vai permitir a gente voltar a este estado, inaugurar escolas, inaugurar hospital, melhorar a saúde, melhorar a educação. E a gente vai poder devolver ao povo brasileiro o orgulho, que nós nunca deveríamos ter perdido, de sermos brasileiros com “B” maiúsculo.

Um abraço e até, companheiros, a próxima vez.

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração das obras de ampliação da siderúrgica ArcelorMittal Tubarão**

**Vitória-ES, 29 de novembro de 2007**

Suas Altezas Reais, o grão-duque Henri de Luxemburgo e a grã-duquesa Maria Teresa,

Meu querido companheiro Paulo Hartung, governador do estado de Espírito Santo,

Meu caro amigo Mittal, falo amigo porque já me encontrei com o Mittal na Índia, já me encontrei em Davos, já me encontrei em Londres, já me encontrei no Brasil. Depois de tantos encontros, posso considerá-lo amigo, o nosso presidente do Conselho de Administração do Grupo ArcelorMittal,

Meu companheiro Alfredo Nascimento, ministro dos Transportes,

Meu caro Ricardo Ferraço, vice-governador do estado do Espírito Santo,

Meu caro Guerino Zanon, presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo,

Desembargador Jorge Góes, presidente do Tribunal de Justiça,

Senadores Gerson Camata e Renato Casagrande,

Meu caro José Armando Campos, presidente da ArcelorMittal,

Meu caro Roberto Luiz Cesário, representante dos trabalhadores da ArcelorMittal Tubarão,

Integrantes da comitiva do grão-duque de Luxemburgo,

Companheiros deputados federais, Camilo Cola, Jurandy Loureiro, Lelo Coimbra e Neucimar Fraga,

Prefeitos aqui presentes, eu vou cumprimentar João Coser, de Vitória, cumprimentando todos os prefeitos aqui da região,

Secretários municipais,

Secretários estaduais,

Fornecedores da ArcelorMittal,

Clientes da ArcelorMittal,

Representantes do setor siderúrgico brasileiro, eu estou vendo muitos

aqui,

Meus amigos empresários,  
Trabalhadores,  
Meus amigos e minhas amigas,

O meu discurso, meu caro Gerdau, fala da ArcelorMittal. É impossível falar depois de ouvir o presidente, o presidente do Conselho, o grão-duque, o governador e, ainda, o operário. Eu vou ter que falar de outra coisa aqui, para que os meus amigos de Luxemburgo ouçam um pouco um discurso sem falar tanto de aço. Vou falar um pouco do Brasil.

Todo mundo aqui no estado do Espírito Santo, como este estado tem uma costa marítima extraordinária, sabe o que é construir um castelo de areia e, quando a gente está quase terminando, vem uma onda e desmonta o castelo de areia. Quantos dos pais não ficam sentados na praia construindo um castelo de areia para o seu filho e, quando pensam que vão dizer para o neto ou para o filho: “está pronto”, vem uma onda e desmonta o castelo. O Brasil viveu inúmeros momentos de construção de um castelo que foram demolidos por ondas que nós poderíamos ter evitado.

Durante muito tempo este País, como se fosse o botão de uma rosa, esteve pronto para desabrochar. Mas, em algum momento, alguém esquecia de colocar um pouco mais de água ou esquecia de colocar no sol, e muitas vezes este País tão pujante caía na desesperança, na frustração. Vivemos momentos exuberantes, estivemos muito próximos de subir o pódio e sempre aparecia alguma coisa para desmontar a nossa alegria. Foram assim momentos históricos da nossa história, foram assim muitos planos econômicos. Todo mundo aqui se lembra de momentos de alegria, em que parecia que as coisas iriam acontecer de verdade no Brasil e as coisas não aconteciam. Isso vale para o Brasil como nação, isso vale para os estados e vale para os municípios.

O Brasil, hoje, está vivendo o momento de construção de um castelo de areia. Mas nós tiramos o castelo de perto da praia, estamos levando um pouco d'água mais longe, estamos tentando molhar a areia e fazer o castelo, para não permitir que uma onda inesperada venha a derrubar.

Eu me lembro, quando encontrei o Mittal na Índia, a Índia atingia naquele

momento 100 bilhões de dólares em reservas e eu, com o então ministro da Economia, ministro Palocci, ficava dizendo: o dia em que o Brasil tiver 100 bilhões de dólares em reservas, nós mudaremos a história do País. Menos de dois anos depois, Gerdau, nós estamos com 176 bilhões de dólares em reservas.

Estou dizendo isso para dizer para vocês que nem tudo ainda está construído. O alicerce está pronto para que o castelo seja definitivo e duradouro. As bases estão se consolidando, necessitando de algumas reformas que precisam passar pelo Congresso Nacional nos próximos anos. Alguns ajustes precisam ser feitos ainda no Brasil, mas o alicerce está pronto, o modelo está elaborado, o projeto está definido. Agora, depende única e exclusivamente que nós – governo, os três entes federados, a classe política brasileira, os empresários e trabalhadores – provemos que temos capacidade de fazer o resto.

Em primeiro lugar, é preciso que todo mundo tenha consciência de que a política macroeconômica, a estabilidade monetária, uma boa política fiscal e o controle da inflação são imprescindíveis para que a gente possa continuar a nossa trajetória. Eu conto sempre uma história do trabalhador que recebe o décimo-terceiro. Vocês vão pagar ou já pagaram, mas até o dia 20 de dezembro, paga-se o décimo-terceiro. E tem trabalhador que recebe o décimo-terceiro em dezembro, recebe o pagamento em dezembro, e ainda recebe metade das férias. Então, o trabalhador vai para casa com uma bolada razoável. Se o trabalhador for responsável, ele vai gastar apenas o necessário e vai guardar um pouquinho, porque quando chegar o mês de fevereiro vem imposto de renda, vem IPVA, vem IPTU, vem uma série de coisas que ele tem que pagar. Se ele não guardar o dinheiro, ele vai chegar em fevereiro tomando dinheiro emprestado e vai passar o ano pagando a dívida pelos gastos que ele fez em dezembro, com o décimo-terceiro.

Eu quero me comportar como um trabalhador responsável, ou seja, eu sei que se eu errar, eu sei que se eu fizer uma dívida maior do que aquela que eu posso pagar, eu posso até não sofrer as conseqüências, mas os que virão depois de mim sofrerão as conseqüências. Durante muito e muito tempo, os governantes deste País, de estados e municípios, contraíram dívidas impagáveis que, se eles continuassem governando, eles próprios iriam se

mandar prender pela irresponsabilidade administrativa. Nós já aprendemos que uma boa administração parte do exemplo da casa da gente. A gente não pode gastar mais do que a gente ganha, e não pode gastar mais do que o limite do nosso endividamento, do que permite que o nosso salário pague porque, mais dia, menos dia, a conta aparece e alguém vai ter que pagar.

No Brasil, nós já vivemos momentos excepcionais. Este País já cresceu, durante anos, a 7% ao ano; este País já cresceu, durante anos, a 10% ao ano. Durante 30 anos, este País teve a economia mais crescente do mundo. Entretanto, as pessoas acharam que o dinheiro nunca iria faltar e que a gente poderia gastar mais do que o devido, mais do que aquilo que um homem ou uma mulher responsável tem que gastar. Nós temos estados, no Brasil, em que o pagamento da folha de pagamento de inativos é maior do que a folha de pagamento da ativa. Então, é preciso quase que um milagre para consertar.

Nós conseguimos o primeiro grande sinal. O País está com muita credibilidade no exterior, exatamente pela seriedade com que cuidamos das finanças deste País. As nossas exportações continuam crescendo e, cada vez mais, nós precisamos diversificar os países compradores do Brasil, para que a gente não fique dependente apenas de um grupo ou de um bloco. A economia interna está crescendo, que é outro fator importante que os empresários do Espírito Santo conhecem.

O Brasil não sabia combinar crescimento externo com crescimento interno, ou matava um ou matava o outro, como se não pudesse nascer um casal de gêmeos. Nós, agora, estamos crescendo as exportações e estamos crescendo o mercado interno, que está a exigir do setor siderúrgico brasileiro mais aço, mais vergalhão, mais chapa, mais o que vocês puderem produzir. E olhe que ainda nem lançamos a nossa política industrial, que está pronta. Se tudo der certo, por esses dias nós vamos lançar a proposta de política industrial.

A construção civil, depois de 26 anos crescendo menos do que 2%, dá sinais extraordinários de recuperação e robustez. Os empresários sabem que neste País o sistema financeiro não financiava habitação porque se o comprador não pagasse, não tinha como tomar. Parecia muito bonito e parecia que estava defendendo o comprador, só que não tinha financiamento, então também não tinha comprador. Nós mudamos as regras. Hoje, o sistema

financeiro está financiando setores de classe média, que estão comprando como nunca compraram. A indústria automobilística brasileira, que durante 20 e poucos anos fechou todo final de ano em vermelho, está produzindo e vendendo como nunca vendeu na história deste País. Hoje até caminhão está se esperando quatro meses para comprar, e isso porque nós ainda não começamos a renovar a nossa frota de automóveis.

Estou falando de coisas que precisam de aço. Saio daqui e amanhã vou assinar contratos no Rio de Janeiro para a construção de mais quatro navios para a Petrobras. Significa mais aço, mais chapa e, portanto, mais produção do setor siderúrgico do Brasil. Durante muito tempo, por conta do mercado interno, nós ficamos olhando a China crescer e nós não fizemos os investimentos que deveríamos ter feito no Brasil. Não era a China que deveria estar produzindo 450 milhões de toneladas. Como o Brasil é um país que tem um poderio de minérios como nenhum outro tem, nós poderíamos, pelo menos, estar produzindo 100 milhões de toneladas. Esse é o desafio que está colocado para nós, é o desafio de nos transformarmos numa grande potência, fazendo as parcerias que foram feitas aqui e vendendo esse aço para o mundo.

Além disso, meus amigos e minhas amigas, o Paulo Hartung falou de uma coisa interessante, de uns números do IDH anunciados pelo PNUD, em nome da ONU, no Brasil. É importante lembrar que aqueles são dados de 2005. Eu até pedi ao PNUD, Paulo Hartung, que viesse em 2012 anunciar os dados de 2010, porque eu estou certo de que os de 2006 serão melhores do que os de 2005. Eu estou certo de que os de 2007 vão ser melhores do que os de 2006. Estou certo de que os de 2008 serão melhores do que os de 2007. Os de 2009, melhores do que 2008. Os de 2010, melhores do que 2009, e Deus queira que aconteça o que eu acho que vai acontecer: que nós vamos entrar no IDH quase próximo aos países desenvolvidos.

Falta muito para a gente recuperar o espaço perdido, e eu acho que nós vamos precisar recuperar, porque são duas gerações e meia que nós perdemos neste País. Gerações que, hoje... Quando a gente vê na televisão meninos sendo presos, com 24 anos, isso é resultado de modelos econômicos equivocados, é resultado da inexistência de políticas sociais, é resultado de pessoas que imaginavam governar este País apenas para 35 milhões de habitantes, quando nós temos quase 190 milhões de habitantes.

Eu estou convencido de que depois que nós encontramos esse rumo, e não é mérito do presidente da República, não foi mérito do governador, é mérito deste País que, finalmente, voltou a ter esperança, que, finalmente, voltou a acreditar em si mesmo. E o que os dirigentes têm que fazer? Apenas ter comportamento que demonstre essa seriedade. Porque também, Paulo Hartung, muitas vezes, os governantes deste País brincaram com as suas relações internacionais, assinavam contratos e não cumpriam, diziam que iam pagar e não pagavam, diziam que iam comprar e não compravam. E as pessoas que vão tentando ser espertas, achando que podem enganar todo mundo, um dia caem em desgraça.

Pois bem, nós hoje estamos aqui e ouvimos os discursos do governador e vimos que este estado finalmente está pronto. Mas aqui tem outros governadores que pegaram momentos bons deste estado. Tem outros que não estão aqui, que pegaram os estados falidos e quebrados, porque quando o País vai mal, os estados vão mal. Quando o País vai bem, os estados vão bem. Quando o estado vai mal, as cidades vão mal. Agora, as coisas estão confluindo para que o Brasil possa demonstrar ao mundo que, definitivamente, nós queremos subir no pódio dos países desenvolvidos. Nós queremos sair dessa fase, primeiro de país em via de desenvolvimento. Não, primeiro, país subdesenvolvido, depois em via de desenvolvimento, agora somos Brics, agora o nome já virou mais chique.

E essas coisas começaram a melhorar. Encontramos uma boa reserva de petróleo. Se Deus quiser, logo, logo, encontraremos uma boa reserva de gás. Nós estamos, hoje, construindo 75% das nossas plataformas de petróleo com componentes nacionais. Vocês estão lembrados que há cinco anos diziam que a gente não sabia construir. Nós estamos recuperando a indústria naval brasileira, que estava quebrada. Em 2003, tinha apenas 2 mil e 600 trabalhadores, hoje já está com quase 40 mil trabalhadores. Vamos, agora, começar uma revolução no setor petroquímico. Eu posso dizer para vocês que vai ser a coisa mais importante que vai acontecer quando começarmos a construir o Comperj, no Rio de Janeiro. Essa associação agora entre a Petrobras, Suzano e Braskem é uma revolução do pólo petroquímico de São Paulo. Na área de biocombustíveis, é importante, extremamente importante, que Suas Altezas Reais, o grão-duque e a grã-duquesa, levem para a Europa a

certeza de que o Brasil entrou definitivamente na era do biocombustíveis e que vamos mostrar para o mundo que é possível a gente desaquecer o Planeta plantando combustíveis, ao invés de ficar queimando combustíveis fósseis. Mesmo depois da descoberta do pré-sal, nós vamos continuar apostando nos biocombustíveis.

Aqui tem empresários, o Gerdau participou do nosso lançamento de política de ciência e tecnologia. São 41 bilhões de reais que vamos investir em ciência e tecnologia até 2010. Iremos quase que dobrar o número de bolsas do CNPq e da Capes para que a gente possa aprimorar e aperfeiçoar os doutores neste País. Ao mesmo tempo – e é importante que o Mittal ouça isso – em 2010, estaremos entregando neste País 214 escolas técnicas profissionais, 14 universidades novas, mais de 50 extensões universitárias, porque se a gente não se preparar, formando engenheiros e formando profissionais competentes, nós não definiremos a nossa chegada ao pódio.

E graças a Deus este País, quando vocês olharem o Mapa Mundi, do lado que vocês quiserem, vocês vão ver que este é um país de paz. Este povo, há mais de um século, não sabe o que é guerra e nem quer guerra. Nós gostamos de trabalhar, gostamos de estudar, gostamos de samba, gostamos de carnaval, gostamos de futebol. Mas, sobretudo, nós gostamos e queremos nos transformar numa grande nação, numa nação do tamanho do seu território, numa nação em que a riqueza seja distribuída de forma mais justa, numa nação em que o acesso à escola não seja privilégio do berço social em que nasceu a pessoa. E eu acho que nós estamos perto disso.

Por isso, eu quero agradecer tanto às Suas Altezas, quanto ao Mittal, quanto aos companheiros da ArcelorMittal Tubarão, por acreditar neste País e fazer investimentos. Eu posso dizer para vocês: vocês não encontrarão trabalhadores mais criativos e mais qualificados em nenhum lugar do mundo e, certamente, vocês não terão em lugar nenhum do mundo uma fábrica capaz de ter a produtividade que vai ter esta fábrica. E mais ainda, dificilmente encontrarão um País com um povo tão extraordinário como o povo brasileiro. Aqui, nós gostamos muito mesmo é de tratar os outros bem, porque nós também gostamos de sermos tratados bem.

Muito obrigado a todos vocês e vamos acreditar neste País, porque o nosso momento chegou.





**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de assinatura de contrato de construção de navios da  
Transpetro**

**Niterói-RJ, 30 de novembro de 2007**

Vocês pensam que é fácil ser apresentado pela Fernanda Montenegro?  
Não é qualquer um que merece esse privilégio.

Meu caro companheiro, querido amigo, Sérgio Cabral, governador do  
estado do Rio de Janeiro,

Meus companheiros ministros Márcio Fortes, ministro das Cidades;  
Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura; e meu  
companheiro Pedro Brito, da Secretaria Especial de Portos,

Companheiros deputados federais Carlos Santana, Chico D'Angelo,  
Edmilson Valentim, Edson Santos e Luiz Sérgio,

Meu querido companheiro Luciano Coutinho, presidente do BNDES – e  
quero estender esse abraço a toda a diretoria do BNDES,

Meu querido companheiro Godofredo Pinto, prefeito de Niterói,

Meu querido companheiro, primo rico da nação brasileira, José Sérgio  
Gabrielli, presidente da Petrobras,

Quero cumprimentar o Júlio Bueno, secretário estadual de  
Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços,

Quero cumprimentar os deputados estaduais,

As deputadas,

Os secretários estaduais,

As secretárias,

Quero cumprimentar os prefeitos aqui presentes,

Quero cumprimentar o companheiro Sérgio Machado, presidente da  
Transpetro,



Quero cumprimentar o nosso companheiro Germán, que falou aqui, presidente do Grupo Synergy,

Quero cumprimentar o José Eduardo Dutra, presidente da BR Distribuidora,

Quero cumprimentar o Domingos D'Arco, diretor-presidente do Estaleiro Mauá,

Cumprimentar o nosso companheiro Eduardo Gouvêa Vieira, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro,

Quero cumprimentar o Mauro de Oliveira Dias, diretor-presidente da Log-In,

Quero cumprimentar o Carlos Alberto Grana, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos,

Quero cumprimentar o Ariovaldo Rocha, presidente do Sinaval,

O Ricardo Ponzi, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Aquaviários e Afins,

Quero cumprimentar o Severino de Almeida, presidente do Sindimar,

Cumprimentar José de Oliveira Mascarenhas, presidente do Sindimetal Niterói,

Cumprimentar o Joacir Pedro, coordenador do Fórum Intersindical da Indústria Naval,

E cumprimentar a senhora Vanessa Cunha dos Santos e o senhor Luiz Carlos Bitencourt, por meio de quem cumprimento todos os trabalhadores marítimos e metalúrgicos aqui presentes,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Paciência, que o discurso é longo. Há alguns anos, para a maioria dos brasileiros, a Transpetro era apenas o nome de uma subsidiária da Petrobras. Hoje, para milhares de cidadãos, ela tem outro significado: a reconquista da dignidade, a reconquista da cidadania, representada pelo emprego com



carteira assinada, pela certeza de que se está colaborando para o desenvolvimento da nossa nação. E também representa, para muitos jovens brasileiros, que agora passaram a ingressar nas escolas técnicas, a perspectiva de emprego em um setor industrial que voltou a ser sólido e que lhes garantam o futuro como cidadãos.

Os contratos assinados hoje, referentes às encomendas do 4º lote de navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota Nacional de Petroleiros, o Promef, simbolizam muito bem a nova identidade da nossa querida Transpetro.

O Programa foi lançado em 2005, em meio a enorme resistência dos céticos, incapazes de acreditar na força e na capacidade da indústria nacional de se reerguer. Afinal, o navio-tanque Livramento, última grande embarcação de origem brasileira, havia sido entregue em abril de 1996. Naquele momento, foi decretada a extinção da indústria naval brasileira.

Apesar desta morte aparente, já na campanha eleitoral de 2002, assumimos o compromisso de garantir um índice de nacionalização de pelo menos 65% nas encomendas da Petrobras, tanto nas licitações de navios quanto nas de plataforma.

Muitos diziam que era impossível, apontavam o risco de ineficiência. Alguns chegaram a acusar a medida de corporativista, como se estivesse em jogo apenas o interesse dos trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicas. Pois bem, nós anulamos a licitação da plataforma P-51 e abrimos nova concorrência em 2003. Depois, adotamos o mesmo critério de nacionalização na encomenda da P-52, uma das maiores plataformas de petróleo do mundo, com capacidade para 180 mil barris/dia. O resultado surpreendeu a todos. As encomendas, não apenas foram supridas com absoluto sucesso, mas, em alguns casos, as taxas de nacionalização alcançaram o índice de até 80%, muito superiores ao que havíamos programado.

A construção deste 4º lote de navios será entregue hoje à mais antiga e



tradicional empresa na área naval em operação no Brasil. O Estaleiro Mauá iniciou suas atividades em 1845, são, portanto, mais de 160 anos de conhecimentos acumulados que estavam destinados a se perder na poeira do tempo, caso o Brasil insistisse na política equivocada de encomendar navios no exterior. No mês passado, o Estaleiro Mauá entregou à Petrobras a plataforma P-54, que vai produzir 180 mil barris de petróleo/dia no Campo de Roncador na Bacia de Campos. A verdade é que há menos de 10 anos não havia empregos para ninguém nos estaleiros nacionais. Agora, as vagas se multiplicam, as oportunidades estão abertas para homens e mulheres, a indústria voltou a operar com intensidade e o estado do Rio de Janeiro é um dos principais beneficiados por essa retomada.

O Rio, meu querido companheiro governador, vai fabricar a metade das 26 embarcações de grande porte que a Transpetro encomendou nessa primeira fase de renovação de sua frota. Serão, pelo menos, 11 mil empregos diretos. Além disso, foram encomendados mais de dois mil itens a diferentes setores da economia. Essa iniciativa vai garantir, pelo menos, quatro anos de plena atividade aos estaleiros nacionais, comprovando aquilo que nós sempre dissemos: a indústria naval é um gigantesco pólo gerador de empregos, de oportunidades de riquezas em qualquer país. E o Brasil precisava aproveitar isso.

É importante lembrar, e não esquecer o que eu disse aqui: o meu tempo de emprego é menor do que o tempo de emprego dos metalúrgicos do estaleiro, porque eu falei em quatro anos e eu só tenho mais três anos. Então, significa que vocês vão estar trabalhando e eu vou estar desempregado e vou vir aqui, procurar uma vaga no estaleiro para ver se alguém consegue me arrumar uma vaga, pelo menos para dar palpite.

Minhas amigas e meus amigos,  
Todos nós tivemos a felicidade de presenciar aqui mais um marco da revitalização da indústria naval e Marinha Mercante Nacional. Trata-se da



assinatura do contrato da Log-In Logística, empresa subsidiária da Companhia Vale do Rio do Doce para a compra de cinco navios porta-contêiner. A construção desses navios, que foram encomendados ao estaleiro William S.A. (inaudível), do mesmo grupo controlador do estaleiro do Mauá, irá empregar mil trabalhadores e representa um negócio no valor de 700 milhões de reais. É importante lembrar que há 15 anos não se construía navios de cabotagem no Brasil. E essa encomenda de hoje só foi possível graças a uma ação incluída no PAC, meu querido governador. A recuperação de nossa indústria naval, por meio da aplicação do Fundo da Marinha Mercante, com operação a cargo dos bancos federais.

Hoje, felizmente, o Estado e a iniciativa privada acreditam na competência dos nossos trabalhadores e trabalhadoras, acreditam na eficiência da nossa engenharia, acreditam no poder do investimento público e privado para gerar parcerias, empregos, tecnologia e riquezas. Afinal, se o governo e o empresariado de um país e os trabalhadores não acreditam no seu próprio povo e na sua economia, a pergunta é, meu caro Sérgio: quem vai acreditar? E digo mais, nossas conquistas não vão parar por aqui, pois quando uma gente valorosa como a brasileira recupera a sua auto-estima, sua capacidade de acreditar em si, os desafios deixam de ser problemas e se transformam em oportunidades.

Meus amigos, minhas amigas, meus companheiros e minhas companheiras,

Sérgio, você está olhando um conjunto de gente que representa a Marinha Mercante, um conjunto de pessoas que representam os trabalhadores e metalúrgicos do Rio de Janeiro e de Niterói, um grupo de companheiros empresários, o setor financeiro público que está financiando a nossa querida Petrobras, e os empresários dos estaleiros brasileiros. Eu, há 12 anos, passei umas férias no Rio de Janeiro a convite do Luiz Sérgio, que mora em Angra dos Reis, líder do PT no Congresso Nacional, e fui ficar na casa de um



companheiro que, para pegar um barco que ele tinha, eu tinha que, todos os dias, atravessar, na época, o estaleiro Verolme. O estaleiro Verolme tinha meia dúzia de pessoas tomando conta, ferros totalmente enferrujados, e o mato cobrindo os trilhos e todo o material que tinha lá. Eu encontrava na praia de Angra metalúrgico vendendo cachorro-quente, metalúrgico vendendo bijuterias, metalúrgico vendendo roupas, metalúrgico vendendo caipirinha, metalúrgico carregando isopor e vendendo cerveja sem nenhuma esperança de que a indústria naval voltasse a funcionar neste País.

Aquilo, Sérgio, me despertou a idéia de fazer um debate nacional sobre a recuperação da indústria naval brasileira. Não foi uma tarefa fácil. Foi uma tarefa muito complicada. Eu contei com o apoio da engenharia da Petrobras, que dizia que a gente tinha competência; eu contei com o apoio do empresariado da indústria naval, que afirmava que a gente tinha competência; eu contei com o apoio dos sindicatos e trabalhadores do Rio, de Niterói e de Angra, que diziam que a gente tinha competência para fazer. Esse debate durou quase seis meses e é importante que a gente saiba, porque quando a criança nasce, é muito bonito a gente pegá-la no colo e falar “que linda que ela é”, mas ninguém sabe a dor que a mãe teve para poder colocar aquela criança linda nos nossos braços.

Por que eu estou dizendo isso? É porque, neste País, no governo passado, 600 mil trabalhadores metalúrgicos perderam o posto de trabalho, Sérgio, 600 mil em nível nacional. E, graças a Deus, nós já recuperamos 500 mil postos de trabalho no setor metalúrgico brasileiro. Meus companheiros dirigentes sindicais, só neste ano, até outubro, nós já geramos mais empregos do que o governo passado no segundo mandato todo: 1 milhão e 822 mil empregos com carteira assinada. E, se Deus quiser, nós vamos chegar a muito mais até dezembro, mesmo sabendo que dezembro e novembro são meses mais fracos de contratação. Mas, qual é a vantagem que nós estamos levando? É que, Sérgio, você tem uma sorte cavalari e eu tenho uma sorte, eu



diria também, cavalgar, porque ao terminar o nosso primeiro mandato, o que nós lançamos? Tomamos posse no dia primeiro de janeiro e no dia 22 de janeiro, lançamos o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Anunciamos ao Brasil que iríamos investir 504 bilhões de reais, o equivalente hoje a quase 260 bilhões de dólares. Resolvemos criar programas para a industrialização do País. E o que está acontecendo definitivamente? Você começou o primeiro ano com a economia crescendo e eu começo o meu primeiro ano, do segundo mandato, com a economia crescendo. E para o próximo ano, qual é a perspectiva? A perspectiva é de que a economia vai crescer mais do que cresceu em 2007, vamos ter mais empregos do que tivemos em 2007, vamos ter mais distribuição de renda do que tivemos em 2007. Certamente a Transpetro, a Petrobras, depois do pré-sal – não é, José Sérgio Gabrielli? – vai contratar mais navios do que contratou até agora. A Vale do Rio Doce vai contratar mais navios e nós vamos finalmente recuperar a nossa Marinha Mercante, porque a gente não pode ficar tendo um prejuízo de 10 bilhões de dólares na nossa balança comercial na área de frete.

Mais ainda, companheiros e companheiras. Eu estou querendo afirmar para vocês que nós vivemos um momento inusitado neste País. A economia brasileira nunca esteve tão bem. Os sindicalistas estão aqui e sabem que, nesses últimos três anos, eles há muitas décadas não tinham feito acordos com ganho real de salário. E agora estão fazendo acordos acima dos salários. Mas o que mais me deixa gratificado, governador, é que você está vendo esta peãozada aqui. Eles não gostam mais de ser chamados de peão, porque já estudaram. Eles agora são mais chiques profissionalmente. Peão, era na minha década de 80. Mas, certamente, no começo do ano passado, muitos deles estavam desempregados. Olhe para a cara deles, Sérgio. A cara deles é a certeza de um pai de família. Um pai de família tem duas coisas sagradas: uma é ter uma casa para morar, a outra é poder trabalhar e levar para casa o pão de cada dia para o filho sem precisar de favor de ninguém, mas com o suor



do seu trabalho.

Está chegando o Natal. Todo mundo aqui, Sérgio, está pensando em comprar um presentinho para o seu filho. Por mais humilde que seja, eu espero que o estaleiro dê um presente para ele distribuir para os filhos. Porque no primeiro emprego que eu tive, em 1960, numa metalúrgica, eu trabalhava perto da empresa chamada Vemag, lá no Ipiranga, em São Paulo. E a indústria automobilística dava presentes maravilhosos para os trabalhadores. E a minha indústria, que era uma empresa pequena, chamada Fábrica de Parafusos Marte, me dava de presente um litro de vinho, daquele Sangue de Boi, que eu levava para casa. Mas eu gostava. Era humilde, mas eu gostava, porque era o primeiro que eu tinha ganhado. Até porque eu nunca ganhei um presente antes de começar a trabalhar. Eu sou daqueles brasileiros que o primeiro presente que eu ganhei foi eu mesmo que me dei. Comprei uma bicicleta velha, usada, em que eu passava mais tempo ajoelhado, consertando a corrente dela, do que andando. Esse pessoal, Sérgio, vai poder chegar neste final de ano, entregar um presente, por mais humilde que seja, para o seu filho ou para a mulher, não importa. O dado concreto, é que muitos deles passaram o ano desempregados, não foi pouco tempo que muita gente aqui ficou desempregada. E entrava Natal e saía Natal e esses companheiros não conseguiram levar para casa um presente para os filhos. Eles vão levar este ano. Certamente o Natal deste ano vai ser melhor do que o do ano passado. Vão poder comprar um franguinho, vão poder comprar um peruzinho, vão poder fazer uma ceia com a família. Não precisa champanhe caro, uma Sidra, mesmo, aquela doce, que os mais velhos gostam porque é doce. Mas eu tenho certeza absoluta que esses companheiros vão passar o Natal melhor do que passaram o ano passado. Vão até convidar os pais para ir à casa deles, vão convidar os parentes.

Agora, o que acontecia há dez anos? A Petrobras tinha uma diretoria e este País tinha um governo que imaginavam o seguinte: a Petrobras é uma empresa, ela tem ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, portanto, precisa



ganhar dinheiro, ela precisa ter mais lucro. Então, se ela tiver que contratar um navio ou uma plataforma aqui, e contratar em Singapura ou contratar na Noruega, eles pensavam o seguinte: são 100 milhões de dólares mais barato, são 200 milhões de dólares mais barato. Então, o interesse eminentemente empresarial e financeiro predominava nas decisões da nossa querida Petrobras, porque eles estavam perdendo a noção de que a Petrobras, por mais que tenha ações na Bolsa de Nova Iorque, é uma empresa nacional, é uma empresa brasileira, e precisa devolver para este País parte da riqueza que ela consegue extrair do nosso subsolo.

E o mesmo vale para a Rio Doce, José Sérgio. É muito bonito a gente ver a Vale do Rio Doce, com a importância que tem, contratando navios, mas não é só pegar o nosso minério e levar para fora. É produzir aqui dentro para gerar empregos e riquezas aqui dentro, senão este País não se transformará numa nação. Quando nós suspendemos os 41 blocos da Rodada Nona, 41 postos, foi uma atitude, José Sérgio, acertada da Agência, acertada da Petrobras e acertada do governo. Porque, a 7 mil metros de profundidade, aquele petróleo que está lá não é da Petrobras, não é da Agência, não é do nosso sócio. Aquilo é de milhões de brasileiros, de 190 milhões de brasileiros que não sabem nem o que é petróleo mas, por serem brasileiros, são donos de uma gotinha daquele petróleo que está lá embaixo e, por isso, nós fizemos bem de suspender.

Não é possível construir uma nação sem orgulho, não é possível construir uma nação sem projetos, não é possível construir uma nação sem auto-estima. É preciso que a gente tenha claro que, se o brasileiro não se sentir orgulhoso de ser brasileiro, não se sentir motivado, e se o Estado não devolver para ele essa motivação e esse orgulho em forma de emprego, em forma de saúde, em forma de melhoria na sua renda, as pessoas vão ficando desmotivadas.

Por isso, meu caro Sérgio Machado, cada vez que eu ouço aqui o apito



de um navio desses, eu fico pensando “meu Deus do céu, estamos levando 160 anos para voltar a construir aquilo que o Barão de Mauá começou a construir em 1846”. E o Barão de Mauá, que foi vítima da inveja, porque tinha uns políticos que começaram a dizer para o Imperador: “Olha, Imperador, o Barão de Mauá é metido demais, é besta demais. Ele está querendo fazer siderúrgica, ele está querendo fazer porto, ele está querendo fazer não sei das quantas, ele está mais importante do que você, a imprensa fala mais dele. Lá na Inglaterra só se fala no Barão de Mauá, lá em Portugal só se fala em Barão de Mauá”. E o Imperador foi ficando com ciúmes, e começou a prejudicar o Barão de Mauá. Essa é a verdade. Ele quebrou, foi embora, mas depois voltou e se recuperou.

O que está acontecendo agora na política nacional é isso. Eu fui eleito presidente em 2003. Alguns adversários imaginavam “ah, esse peão não vai dar certo. Imaginem, o cara só tem o primário, o cara tem um cursinho do Senai, acham que vai dar certo?” Pois bem, essa gente que pensava que nós íamos fracassar não sabe como lidar com o sucesso do País. A última deles é, agora, tentar tirar do Orçamento da União, 40 bilhões de reais, que é o orçamento da CPMF. Eles não falam que nós já desoneramos, nesses últimos 18 meses, 36 bilhões de reais. Não falam porque, na verdade, tem uma parte daqueles que são contra a CPMF, que não são contra porque o imposto é muito caro não. São contra porque a CPMF é o imposto mais justo para combater os sonegadores neste País, aqueles que não gostam de pagar. Essa é a verdade.

E veja aqui, Rio de Janeiro, trabalhadores, o Rio de Janeiro, em 2006, arrecadou, da CPMF, 3 bilhões e 600 milhões de reais, e foi devolvido para o Rio de Janeiro 2 bilhões e meio. Para quê? Para cuidar do Bolsa Família, para cuidar da Saúde, para cuidar da aposentadoria dos trabalhadores rurais. Eles pensam que se acabar com a CPMF vão me prejudicar. Nem um pouco. Primeiro, porque não sou mais candidato a nada. Meu mandato acaba em



2010. Sérgio, não vão te prejudicar. Eles vão prejudicar aqueles que mais necessitam desse imposto, que são os mais pobres deste País. Ou seja, toda vez que o País está indo bem, que as coisas estão acontecendo, aparecem algumas pessoas na perspectiva de tentar destruir o bom momento que o País está vivendo.

Eu quero dizer para vocês, quero dizer aos trabalhadores da indústria naval, aos empresários da indústria naval, que o Brasil nunca viveu o momento que está vivendo. Nunca! O Brasil está vivendo um momento tão extraordinário, que ele está combinando uma série de coisas que está permitindo que a gente possa crescer sem a inflação crescer, possa exportar, crescendo o mercado interno, possa diminuir os juros sem aumentar a inflação. Essa conquista que nós tivemos não é minha, não é do Sérgio Cabral, não é individualmente de nenhum de nós. Essa conquista é de 190 milhões de brasileiros que souberam ter paciência no sofrimento, que souberam compreender o sacrifício que nós fizemos em 2003.

Minha cara Jandira, só eu sei o que eu passei em 2003, porque era preciso fazer o ajuste fiscal. Foi preciso aumentar o superávit primário para 4,25, e aumentei porque eu tinha consciência, porque eu tinha capital político. Era preciso gastar o capital político para poder arrumar a casa. A casa está arrumada, os trabalhadores estão voltando ao trabalho, os trabalhadores estão voltando a sustentar a sua família com o suor e com o seu sangue. Os empresários brasileiros voltaram a ver o BNDES emprestar dinheiro. Os empresários brasileiros voltaram a acreditar neste País e a fazer investimento.

Não é apenas a indústria naval. A indústria de aviação, a Embraer, quando nós tomamos posse, tinha 12 mil trabalhadores, hoje está com 25 mil trabalhadores. A indústria automobilística nunca produziu o tanto que está produzindo. A indústria de caminhão nunca produziu e nunca vendeu tudo o que está vendendo e produzindo. Agora, tem alguém que não está feliz, tem alguém que quer atrapalhar.



E eu acho, Sérgio. Eu acho, meus companheiros trabalhadores, que nós não temos o direito de permitir que a inveja, que a soberba e que a mesquinhez de poucos possam prejudicar os milhões de homens e mulheres deste País, que passaram o século XX à procura de uma oportunidade, e ela se apresenta no século XXI, construída por nós. E nós precisamos garantir, porque o Brasil se transformará, no século XXI, numa grande potência econômica.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe e Feliz Natal para todos vocês.